

FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente

ADILSON FERREIRA DE MAGALHÃES

**A atuação policial nas investigações dos acidentes de  
trabalho fatais**

**SÃO PAULO  
2017**

**ADILSON FERREIRA DE MAGALHÃES**

**A atuação policial nas investigações dos acidentes de trabalho fatais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente, da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente.

Área de concentração: Segurança e Saúde do Trabalhador

Linha de pesquisa: Políticas Públicas da Segurança e Saúde no Trabalho

Orientadora: Dra. Thaís Helena de Carvalho Barreira

**SÃO PAULO**  
**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Micherla Tavares do Nascimento Magalhães CRB-8/9459

M188a	<p>Magalhães, Adilson Ferreira de.</p> <p>A atuação policial nas investigações dos acidentes de trabalho fatais / Adilson Ferreira de Magalhães. – São Paulo (SP), 2017.</p> <p>108 f. : il. color.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Thaís Helena de Carvalho Barreira.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente, São Paulo, 2017.</p> <p>Referências: f. 91-96.</p> <p>1. Acidentes de Trabalho. 2. Vigilância do Ambiente de Trabalho. 3. Polícia. 4. Saúde do Trabalhador. I. Barreira, Thaís Helena de Carvalho. II. Título.</p>
-------	--

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título e ano da dissertação.

Adilson Ferreira de Magalhães

**“A atuação policial nas investigações dos acidentes de trabalho fatais”**

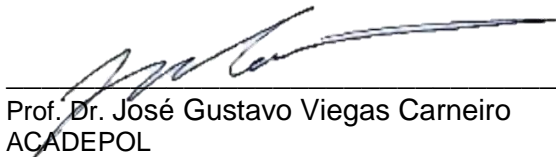
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente, da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente.

Aprovado em 12 de abril de 2017.

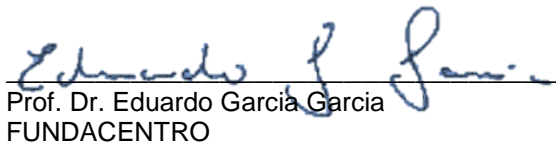
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Thaís Helena Carvalho Barreira  
FUNDACENTRO



Prof. Dr. José Gustavo Viegas Carneiro  
ACADEPOL



Prof. Dr. Eduardo Garcia Garcia  
FUNDACENTRO

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais que, apesar de sua simplicidade, muito se empenharam pela educação dos quatro filhos, mesmo sob as mais adversas situações.

À minha filha, Ágatha, que tanto demonstrou paciência e compreensão aguardando pelo término desta pesquisa, para que brincássemos mais.

Aos policiais que, apesar das condições insalubres de trabalho, doaram algumas horas para participarem deste trabalho.

À minha amiga, Walquíria Kazaz, pelo seu exemplo de perseverança na luta pela Saúde e Segurança do Trabalhador em Guarulhos e pelo seu imensurável apoio ao desenvolvimento daqueles sob a sua liderança.

Aos meus amigos, Marcos Fabrício Machado e Daniel Hideki Bando, pela ajuda desinteressada sempre que precisei.

À bibliotecária Micherla Tavares do Nascimento Magalhães pelo apoio na revisão.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Thaís Helena Carvalho Barreira, pela paciência e empatia demonstrada frente às minhas dificuldades neste árduo caminho!

## **DEDICATÓRIA**

A todas as vítimas da omissão e da ganância, em especial ao meu pai, sobrevivente de acidente de trabalho que carrega no corpo e na alma as máculas desta tragédia cotidiana.

## RESUMO

Os números de acidentes de trabalho no Brasil indicam uma situação grave, onde milhares de trabalhadores sofrem lesões decorrentes do trabalho, causando incapacidades permanentes e até mesmo o óbito. No estado de São Paulo, os acidentes de trabalho apresentam uma incidência quase três vezes maior que outros tipos de violência. Devido à sua alta incidência e gravidade dos seus impactos, sociais e econômicos, entende-se que o Estado brasileiro deve utilizar todos os recursos possíveis para o enfrentamento preventivo e a necessária redução dessas ocorrências. Alguns estudos demonstraram que documentos produzidos pela investigação policial de óbitos por causas externas geraram detecção de ocorrências de acidentes de trabalho fatais e contribuíram para melhor compreensão das causas que levaram a essas ocorrências. Por isso, este estudo teve como objetivo contribuir para o conhecimento da atuação da Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica nas investigações dos acidentes de trabalho fatais, buscando descrever o processo de trabalho investigativo deflagrado compulsoriamente a partir de um óbito por causas externas e os documentos resultantes desse trabalho. Foi realizada abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, em um município de médio porte do interior de São Paulo, apoiando-se em entrevistas semiestruturadas com policiais diretamente envolvidos em investigações de óbitos por causas externas, e por análise documental da legislação e normas prescritivas para a atuação policial, complementada por revisão bibliográfica sobre a investigação policial propriamente dita e sobre o trabalho, as condições de trabalho e a saúde desses policiais. Alguns resultados não generalizáveis podem ser destacados, tais como: a) fragmentação do processo investigativo em 3 (três) instituições distintas com pouca comunicação direta entre elas; b) condições organizacionais de trabalho penosas, como jornadas diárias de trabalho prolongadas e excessivas, que estão previstas pelo próprio Regime Especial de Trabalho Policial e que são agravadas por reduzido efetivo de policiais; c) falta de capacitação técnica específica para a investigação das condições de trabalho de risco para os acidentes de trabalho; d) naturalização de risco para acidentes e adoecimento pelo trabalho devido às próprias exigências e condições de trabalho existentes nessas corporações; e) inexistência de uma política institucional da Secretaria de Segurança Pública específica para a investigação policial dos óbitos decorrentes dos acidentes

de trabalho; e f) perspectiva explicativa equivocada que simplifica a identificação das causas do acidente aos fatores imediatos e materiais da situação de trabalho, desconsiderando a necessidade de investigação do histórico de incidentes e acidentes havidos nas mesmas condições e situação de trabalho; a existência de disfuncionamentos no sistema sociotécnico dos processos de trabalho e os estímulos organizacionais para a realização de comportamentos de iniciativa dos trabalhadores, dentre outros aspectos de risco do trabalho que, por não serem investigados, terminam por apoiar a persistência do paradigma comportamental individualizado, que tende a culpar a vítima pela ocorrência do acidente de trabalho. Concluimos que novos estudos precisam aprofundar esses resultados, podendo dividir o foco temático destas pesquisas entre a melhor compreensão do processo investigativo de cada instituição e a interação desses, e as relações entre trabalho e saúde para esses policiais.

Palavras-chave: Acidentes de Trabalho. Vigilância do Ambiente de Trabalho. Polícia. Saúde do Trabalhador.



## **ABSTRACT**

The work accidents numbers in Brazil indicates a serious situation, where thousands of workers suffer injuries due to work, causing permanent incapacities and even death. In São Paulo, occupational accidents have an incidence almost three times higher than other types of violence. Due to its high incidence and severity of its social and economic impacts, we understand that the Brazilian State must use all possible resources for the preventive confrontation and the necessary reduction of these occurrences. Some studies have showned that documents produced by Police Investigation of cause external deaths have led to the occurrences detection of fatal work accidents and contributed to a better understanding about causes that led to these occurrences. Therefore, this study aimed to contribute to the knowledge of the Civil Police and Technical-Scientific Police actuation in the fatal work accidents investigation, seeking to describe the process of investigative work triggered compulsorily from a death due to external causes and the documents resulting from this work. A qualitative, descriptive and exploratory approach was carried out in a medium-sized municipality in São Paulo, supported by semi-structured interviews with police officers directly involved in investigations of deaths from external causes, and by legislation analysis and prescriptive norms for Police action, supplemented by a bibliographical review on the police investigation and about work, working conditions and health of these police officers. Some non-generalizable results can be highlighted as: a) investigative process fragmentation in three (3) distinct institutions with scarce direct communication between them; b) arduous organizational work conditions, such as prolonged and excessive daily working hours, which are provided by the Special Police Work Regime and which are aggravated by a reduced number of police officers; c) lack of specific technical training to investigate working conditions at risk for occupational accidents; d) Naturalization of risk for accidents and work illness due to the very demands and conditions of work existing in these corporations; e) lack of a specific institutional policy, provided by the Public Security Secretariat, for the police investigation of deaths due to occupational accidents; and f) a misleading explanatory perspective that simplifies the causes identification of the accident to the immediate and material factors of the work situation, disregarding the need to investigate the incidents history and accidents occurring under the same conditions and work

situation, the existence of dysfunctions in the sociotechnical system of the work processes and the organizational stimuli for the behaviors accomplishment of workers initiative, among other work risks aspects that, by not being investigated, end up supporting the individualized behavioral paradigm persistence, that tends to blame the victim for the occupational accidents occurrence. We conclude that new studies need to deepen these results, being able to divide the thematic focus of these investigations between the better understanding of each institution investigative process and the interaction of these, and the relations between work and health for these police officers.

Keywords: Occupational Accidents. Surveillance of Working Environment. Police. Occupational Health.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL	Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”
AET	Análise Ergonômica do Trabalho
AGU	Advocacia Geral da União
Art.	Artigo
AT	Acidente de Trabalho
ATF	Acidente de Trabalho Fatal
BO	Boletim de Ocorrência
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIS	Consórcio de Informações Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CPB	Código Penal Brasileiro
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
Dec.	Decreto
DECADE	Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas
DECAP	Departamento de Polícia Judiciária da Capital
DEIC	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEINTER	Departamentos de Polícia Judiciária do Interior
DEMACRO	Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo
DENARC	Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico
DGP	Delegado Geral de Polícia
DGP	Delegacia Geral de Polícia
DHPP	Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DNA	Deoxyribonucleic Acid (ácido desoxirribonucleico)
DPPC	Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FHOS	Fatores Humanos e Organizacionais de Segurança
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

IB	Instituto de Biologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Criminalística
IML	Instituto Médico Legal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MAPA	Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
MP	Ministério Público
MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	Polícia Civil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSST	Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
PTC	Polícia Técnico Científica
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
RETP	Regime Especial de Trabalho Policial
RIPSA	Rede Interagencial de Informação para a Saúde
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN	Sistema Informação sobre Agravos de Notificação
SPTC	Superintendência da Polícia Técnico-Científica
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SST	Segurança e Saúde do Trabalhador
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
VISA	Vigilância Sanitária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 O problema de pesquisa .....</b>	<b>18</b>
1.1.1 O tamanho do problema .....	20
1.1.2 Perguntas de pesquisa .....	26
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 Objetivo Primário .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 Objetivos Secundários .....</b>	<b>27</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Participantes, cenário e material da pesquisa .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Fontes de dados do estudo .....</b>	<b>30</b>
3.2.1 Revisão de literatura .....	30
3.2.2 Levantamento, descrição e análise dos instrumentos, normas e prescrições sobre a investigação policial de acidentes de trabalho fatais .....	30
3.2.3 Entrevistas semiestruturadas com policiais civis e técnico científicos diretamente envolvidos na investigação de acidentes de trabalho fatais .....	31
<b>3.3 Aspectos éticos .....</b>	<b>34</b>
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1 Fluxo de informações na ocorrência de um acidente de trabalho .....</b>	<b>35</b>
4.1.1 Instituições da área de SST que atuam na análise de acidentes de trabalho.....	35
<b>4.2 As instituições policiais, informações policiais e a investigação de acidentes de trabalho.....</b>	<b>38</b>
4.2.1 As Polícias Civil e Técnico-Científica e suas atribuições relacionadas à investigação de acidentes de trabalho.....	39
4.2.2 Os documentos originados pelo processo de investigação policial.....	42
4.2.3 Informações policiais em estudos científicos sobre acidentes de trabalho .....	43

<b>4.3 O trabalho policial prescrito .....</b>	<b>44</b>
4.3.1 Bases legais da atuação da polícia na investigação e registro de acidentes de trabalho .....	45
4.3.2 Bases técnicas gerais da atuação da polícia na investigação e registro de acidentes de trabalho .....	47
4.3.3 Bases técnicas específicas a cada carreira policial na investigação e registro de acidentes de trabalho.....	48
<b>4.4 Os policiais participantes da pesquisa .....</b>	<b>57</b>
<b>4.5 O trabalho de investigação relatado .....</b>	<b>58</b>
4.5.1 Delegado de Polícia .....	60
4.5.2 Escrivão de Polícia .....	61
4.5.3 Investigador de Polícia .....	61
4.5.4 Perito Criminal.....	62
4.5.5 Fotógrafo Técnico Pericial .....	64
4.5.6 Médico Legista .....	65
4.5.7 Auxiliar de Necropsia .....	66
<b>4.6 As condições de trabalho .....</b>	<b>67</b>
4.6.1 Equipamentos e estrutura .....	67
4.6.2 Horários e organização do trabalho .....	68
4.6.3 Recursos Humanos .....	68
4.6.4 Falta de capacitação específica na área de SST .....	69
4.6.5 O paradigma comportamental e a atribuição de culpa .....	71
4.6.6 Relacionamento interinstitucional.....	74
4.6.7 Como o trabalho policial repercute na vida do policial .....	75
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>5.1 A Investigação Policial do Acidente de Trabalho Fatal .....</b>	<b>77</b>

5.1.1 Os paradigmas da investigação .....	77
<b>5.2 As condições do trabalho policial e sua influência no processo investigativo policial</b>	<b>80</b>
5.2.1 Formato fragmentado – organização taylorista do trabalho.....	80
5.2.2 Falta de efetivo.....	81
5.2.3 Naturalização e negação do risco .....	82
5.2.4 Falta de capacitação técnica .....	83
5.2.5 Ausência de uma política institucional de investigação de acidentes de trabalho .	84
<b>5.3 As repercussões das condições de trabalho para a saúde dos policiais.....</b>	<b>85</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>106</b>

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Quantidade de acidentes do trabalho comunicadas à Previdência Social em 2014, no Brasil. ....	20
Quadro 2: Quantidade de acidentes do trabalho comunicados à Previdência Social em 2014, em São Paulo.....	22
Quadro 3: Comparativo entre riscos de sofrer acidente de trabalho e risco de sofrer outra violência urbana, São Paulo - 2014.....	23
Quadro 4: Síntese da análise de conteúdo.....	33
Quadro 5: Principais prescrições legais que subsidiam a atuação estatal na investigação de acidentes de trabalho.....	46



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo de informações na ocorrência de um acidente de trabalho fatal. ....	37
Figura 2: Fluxograma simplificado do processo de investigação .....	58

## 1 INTRODUÇÃO

O acidente de trabalho (AT) é um sério problema de saúde pública no Brasil pela sua alta incidência dentre os trabalhadores brasileiros, e devido às diversas repercussões sociais e econômicas individuais, familiares e para o Estado Brasileiro, provocando severos impactos na vida ativa profissional e familiar do trabalhador acidentado.

Para avaliar a gravidade das repercussões físicas desses acidentes de trabalho, é válido saber que o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2014 (o último disponível até o momento) indica que: 722 mil trabalhadores sofreram algum tipo de acidente de trabalho em 2013 e que destes ao menos 13 mil trabalhadores sofreram com alguma incapacidade permanente e quase 3 mil perderam suas vidas (BRASIL, 2016a). Esses números representam 7,6 acidentes de trabalho fatais por dia. São mais que 220 trabalhadores mortos em decorrência do trabalho mensalmente, o que corresponde a mais do que um grave acidente aeroviário por mês.

Esses dados ainda revelam a gravidade das repercussões sociais deste problema uma vez que se verifica que esses acidentes de trabalho acometem trabalhadores em idade jovem: 34% deles estão na faixa etária de 18 a 29 anos, sendo que mais de 65% de todos os ATs acometem trabalhadores com menos de 40 anos, e por isso a relevância da abordagem do tema como uma problemática que requer atenção e políticas públicas para seu enfrentamento e prevenção. Ainda segundo dados da Previdência Social e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, os acidentes de trabalho apresentam uma incidência quase três vezes maior que outros tipos de violência urbana (homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais dolosas e culposas e latrocínios – exceto roubos e furtos e acidentes de trânsito culposos) no estado de São Paulo.

O Estado Brasileiro mantém bases legais e constitucionais para a responsabilização formal, para a prevenção dessas lesões por acidentes de trabalho, e para o reconhecimento e enfrentamento dessa problemática. É comum pensar nos

setores Trabalho, Saúde e Previdência como os atores públicos com responsabilidade em registrar e manter bancos de dados atualizados sobre essas ocorrências de acidentes do trabalho. No entanto, dada a gravidade do problema, parece interessante ampliar os atores sociais que compartilhem das políticas e ações públicas para seu enfrentamento, em especial no que se refere aos acidentes de trabalho fatais (ATF).

No caso específico dos ATF, independente da previsão da participação da polícia nas políticas públicas da área de Segurança e Saúde do Trabalhador ou do preparo para a investigação destes ATF pela polícia, ela ocorre, e é sobre essa investigação policial dos acidentes de trabalho fatais que essa dissertação discorreu.

Existem diversos estudos no campo da saúde e segurança dos trabalhadores que se utilizam de documentos produzidos pela atuação dessas polícias que revelaram a possibilidade de conhecer com mais exatidão onde, quantos e com quais trabalhadores esses acidentes de trabalho estão acontecendo. Este estudo teve como objetivo contribuir para o conhecimento do trabalho e das informações e documentos que são gerados pelas Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica nas investigações desses ATF visando dar visibilidade a esta atuação para a sociedade, e buscando contribuir também para a avaliação da possibilidade da inserção da investigação policial de ATF nas políticas públicas de SST.

## **1.1 O problema de pesquisa**

Conhecendo os documentos e os procedimentos do processo investigativo policial de ATF, poderia ser avaliada sua inclusão formal nas políticas públicas de investigação de causalidade ou nas próprias notificações quantitativas do problema. E pelo fato da polícia participar do processo de investigação destes ATF, pode contribuir dentro do pensamento das políticas de investigação para o entendimento de causalidades destes, e assim para as possíveis oportunidades de intervenção preventiva para que novos acidentes de trabalho não venham a ocorrer com a mesma gravidade e a mesma frequência que os números atuais.

Antes de mais nada, cabe conceituar o acidente de trabalho, e segundo o Ministério da Previdência Social, o Acidente de Trabalho, de acordo com a Lei nº

8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, é aquele que:

Ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados... ainda que fora da empresa ou no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela... provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991).

Importante ressaltar que esse conceito tem o foco na capacidade de produção do trabalhador segurado, ou seja, considera-se acidente de trabalho aquele evento que cause incapacidade para o trabalho e apenas estão computados em seus bancos de dados os acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores sob a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Já o Ministério da Saúde, de acordo com o Protocolo de Notificação de Acidentes de Trabalho Fatais, Graves e com Crianças e Adolescentes, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009b) conceitua o Acidente de Trabalho de forma universal, indo além do acidente típico e incluindo todos os trabalhadores, como:

[...] o evento súbito ocorrido no exercício de atividade laboral, independentemente da situação empregatícia e previdenciária do trabalhador acidentado, e que acarreta dano à saúde, potencial ou imediato, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa, direta ou indiretamente (concausa) a morte, ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Inclui-se ainda o acidente ocorrido em qualquer situação em que o trabalhador esteja representando os interesses da empresa ou agindo em defesa de seu patrimônio; assim como aquele ocorrido no trajeto da residência para o trabalho ou vice-versa (BRASIL, 2009b).

Nesta pesquisa, para definição de acidente de trabalho, optamos pelo conceito adotado pelo Ministério da Saúde por entendermos ser o mais abrangente, alcançando a totalidade dos trabalhadores expostos, independentemente de seu vínculo previdenciário e contratual.

No que se refere à classificação do acidente de trabalho, podemos classificá-los como acidentes Típicos, que são os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado; os acidentes de Trajeto, que são os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho da vítima e vice-versa; os acidentes devidos às Doenças Profissionais, assim entendidas as

produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e aqueles devidos às Doenças do Trabalho, adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacionem diretamente.

Quanto ao foco desta pesquisa, os acidentes de trabalho fatais, optamos pelo conceito adotado pelo Sistema Informação sobre Agravos de Notificação (SINAN), por considerá-lo completo e abrangente:

Acidente de Trabalho Fatal é aquele que leva a óbito imediatamente após sua ocorrência ou que venha a ocorrer posteriormente, a qualquer momento, em ambiente hospitalar ou não, desde que a causa básica, intermediária ou imediata da morte seja decorrente do acidente (BRASIL, 2009b).

A maior prevalência de acidentes de trabalho graves ou fatais está concentrada nos setores de transporte rodoviário de cargas e de construção civil, que detém as primeiras colocações do ranking nacional de aposentadorias por invalidez e óbitos decorrentes de acidentes de trabalho (MELO, 2011).

#### 1.1.1 O tamanho do problema

O número de acidentes e agravos à saúde decorrentes do trabalho são registrados pela Previdência Social, por meio da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT). O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2014 (último disponível) informa que naquele ano ocorreram 722.474 acidentes de trabalho (Quadro 1), ou seja, mais que 1 acidente do trabalho por minuto (BRASIL, 2016a).

<b>Quantidade de acidentes do trabalho, por consequência. Brasil - 2014</b>		
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Simples assistência médica	106.967	14,8%
Incapacidade com afastamento inferior a 15 dias	347.297	48,1%
Incapacidade com afastamento superior a 15 dias	251.594	34,8%
Incapacidade permanente	13.833	1,9%
Óbito	2.783	0,4%
<b>Total de Acidentes de Trabalho</b>	<b>722.474</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, 2014 - Previdência Social. (BRASIL, 2016a)

Quadro 1: Quantidade de acidentes do trabalho comunicadas à Previdência Social em 2014, no Brasil.

A Previdência Social caracteriza estes acidentes de trabalho de acordo com as consequências para a saúde do trabalhador, classificando-os como:

- Simples assistência médica: pronta recuperação para a atividade laborativa;
- Incapacidade com afastamento inferior a 15 dias: incapacidade temporária para o trabalho até 15 dias (neste caso, a remuneração salarial é de responsabilidade do empregador);
- Incapacidade com afastamento superior a 15 dias: incapacidade temporária para o trabalho superior a 15 dias (a partir do 16º dia de afastamento, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paga o benefício acidentário);
- Incapacidade permanente: redução da capacidade ou incapacidade permanente laborativa, sendo necessária a reabilitação profissional ou aposentadoria por invalidez;
- Óbito/acidente de trabalho fatal: óbito ocorrido em função do trabalho durante o exercício laboral.

Além dos acidentes fatais, que mais do que ceifar a vida do trabalhador, geram prejuízos sociais e impactos incomensuráveis na família da vítima, as incapacitações temporárias e permanentes também geram sofrimentos e prejuízos. Na região sudeste do Brasil, principal polo industrial do país, as lesões traumáticas de membros superiores, acidentes bastante emblemáticos no trabalho com máquinas - atividade comum à indústria - chegaram ao nefasto número de 92.962. São dez trabalhadores com mãos, antebraços e/ou braços traumatizados a cada hora. Ao focarmos nos acidentes de trabalho que geraram incapacidade permanente em 2014, relacionados apenas às mãos, temos o número de 3.468 acidentes, ou seja, a cada dia, quase 10 trabalhadores tiveram suas mãos amputadas e/ou esmagadas no sudeste brasileiro (BRASIL, 2016a).

<b>Quantidade de acidentes do trabalho, por consequência. São Paulo - 2014</b>		
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Simples assistência médica	35.481	14,5%
Incapacidade com afastamento inferior a 15 dias	134.661	55,2%
Incapacidade com afastamento superior a 15 dias	69.826	28,6%
Incapacidade permanente	3.340	1,4%
Óbito	690	0,3%
<b>Total de Acidentes de Trabalho</b>	<b>243.998</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, 2014 - Previdência Social. (BRASIL, 2016a)

Quadro 2: Quantidade de acidentes do trabalho comunicados à Previdência Social em 2014, em São Paulo.

Ao analisarmos os dados específicos do estado de São Paulo (Quadro 2), no ano de 2014, o Anuário Estatístico da Previdência Social, que se baseia nas Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT), informa um total de 243.998 acidentes de trabalho, onde se verifica que em 208.517 casos, foi necessário o afastamento do trabalhador de suas atividades laborativas para tratamento de saúde.

Do total de acidentes de trabalho ocorridos em São Paulo, em 2014, 157.017 foram acidentes de trabalho típicos, ocorridos num universo de 14.111.450 trabalhadores com carteira assinada, o que perfaz uma taxa aproximada de 1.112 acidentes de trabalho para cada 100.000 trabalhadores formais (BRASIL, 2016a; SÃO PAULO, 2015b). Por outro lado, considerando os outros tipos de violência urbana, o número de crimes (homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais dolosas e culposas e latrocínios – exceto roubos e furtos e acidentes de trânsito culposos), em 2014, no estado, foi de 171.523 registros em um universo de 42.673.386 habitantes, que perfaz uma taxa de 402 crimes para cada 100.000 habitantes (Quadro 3) (SÃO PAULO, 2015a).

São Paulo Ano: 2014	<b>Taxa de Risco Acidente Trabalho Típico</b>	<b>Taxa de Risco Violência Urbana</b>
<b>Evento</b>	<b>157.017</b> AT Típicos (BRASIL, 2016a)	<b>171.523</b> Outras violências urbanas (SÃO PAULO, 2015a)
<b>Denominador</b>	<b>14.111.450</b> Trabalhadores CLT (SÃO PAULO, 2015b)	<b>42.673.386</b> População SP (SÃO PAULO, 2015b)
<b>Taxa</b>	<b>1.112 / 100.000</b>	<b>402 / 100.000</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 3: Comparativo entre riscos de sofrer acidente de trabalho e risco de sofrer outra violência urbana, São Paulo - 2014

Fazendo uma comparação superficial entre os dados da Previdência Social e da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo, em 2014, o Quadro 3 demonstra que um trabalhador corria um risco quase três vezes maior de se acidentar no trabalho do que sofrer outro tipo de violência urbana (SÃO PAULO, 2015a, 2015b). Isso evidencia que, além de um problema de saúde pública, os acidentes de trabalho se colocam como um relevante problema de segurança pública, uma vez que, como abordado anteriormente, as Polícias Civil e Técnico-Científica têm a obrigação de investigar todas as lesões corporais e óbitos a esclarecer, inclusive aqueles decorrentes de acidentes de trabalho, buscando identificar eventuais infrações penais.

É necessário deixar claro que estes números representam centenas de famílias que tiveram seus entes queridos tomados pelo trabalho. São esposas, esposos, filhos, pais, irmãos que saíram para buscar o seu sustento e nunca mais voltarão. Representam também, milhares de trabalhadores amputados de partes de seus corpos e, muitas vezes, de sua dignidade, com sua posição na família abruptamente transformada. São jovens morrendo e sendo amputados pela organização de um trabalho que exige demasiadamente e se omite da segurança do trabalhador. Além disso, muitas das empresas são reincidentes, apresentando um padrão de repetição dos acidentes que sugere que medidas de segurança não são aplicadas (GONÇALVES, DIAS; 2011).

Entretanto, apesar de alto, este número não reflete todas as ocorrências no conjunto de trabalhadores brasileiros, pois se refere apenas às CAT, ou seja, representa apenas os trabalhadores do setor formal, com contratos de trabalho



regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e que correspondem a aproximadamente 48% da força de trabalho no estado de São Paulo, deixando de fora os servidores públicos e a totalidade dos trabalhadores do mercado informal, justamente aqueles trabalhadores que, via de regra, encontram-se em condições precárias de trabalho e, portanto, mais sujeitos ao risco de acidentes do trabalho (DIEESE, 2016). Além disso, Maia et al (2015) compararam os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social do ano de 2013 com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNS é um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) que, entre outras questões sobre saúde, indaga pessoas com 18 anos ou mais inseridas no mercado de trabalho formal ou informal, se sofreram algum tipo de acidente de trabalho, exceto os de trânsito, nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa. Quando verificamos a informação prestada pelos trabalhadores, observamos que o número de acidentes de trabalho relatados no Brasil é aproximadamente sete (7) vezes superior ao da Previdência Social, sendo que em estados do norte e nordeste esta razão chega a 39,33, o que ratifica a já conhecida subnotificação do registro destes acidentes, somada com a baixa taxa de formalização do emprego naquelas regiões (MAIA et al, 2015).

Mesmo não sendo estatisticamente a maior ocorrência, o acidente de trabalho fatal é o tipo de acidente que mais choca e que mais danos traz à vítima, à sua família, seus colegas de trabalho e à sociedade, pois é irreversível. Além da gravidade do evento, não se deve menosprezar o número destes acidentes de trabalho fatais no estado de São Paulo. Mesmo se considerarmos os números oficiais subdimensionados da previdência social, em 2014 morreram 690 trabalhadores segurados. Isso equivale a mais do que 3 tragédias aeronáuticas como a ocorrida em São Paulo em 2007 envolvendo um Airbus A320 da empresa TAM, onde morreram aproximadamente 200 pessoas e é considerado um dos maiores desastres da aviação brasileira. (ALMEIDA et al, 2016).

Frente a isso, a investigação policial nos dá certa esperança que possa melhorar as estatísticas quantitativas sobre os ATF. Fortaleceram esta linha de raciocínio alguns estudos (NOBRE, 2007, VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004 e MANGAS; GOMES; THEDIM-COSTA, 2008) que mostram que, quando se debruçam

sobre as informações policiais, é possível a captação de acidentes de trabalho fatais que são invisíveis para as estatísticas quantitativas oficiais, tais como os ocorridos no setor informal e no público, pois, como visto anteriormente, os ATF registrados pela Previdência Social se referem apenas aos vínculos CLT.

Mesmo com as possibilidades apontadas anteriormente, deve-se ponderar sobre como essas investigações são conduzidas a fim de compreendermos quais paradigmas influenciaram estas investigações policiais. Infelizmente, o conceito de Ato Inseguro, em que a vítima é responsabilizada pelo acidente, desconsiderando-se todos os fatores extrínsecos e intrínsecos que levaram ao evento, ainda é muito presente, inclusive nos resultados dessas investigações, como apontado por trabalho de Vilela, Iguti e Almeida (2004) onde se verificou que, em 80% dos Laudos Periciais de acidentes de trabalho elaborados pelo Instituto de Criminalística (IC) da Polícia Técnico-Científica, o Ato Inseguro foi apontado como única ou principal causa.

### 1.1.2 Perguntas de pesquisa

Como exposto até então, verificamos que os acidentes de trabalho, que consistem em um sério problema econômico e social, com números bastante expressivos e sérios impactos na vida dos trabalhadores, são investigados por instituições já conhecidas na área de SST, porém, apesar da obrigação da atuação policial, principalmente nos acidentes de trabalho fatais, existe pouca produção científica a respeito de como se dá essa investigação policial sobre estes eventos. Então, as perguntas que motivaram esta pesquisa foram:

- Como e quem realiza as investigações de AT Fatais?
- Como as polícias Civil e Técnico-Científica participam dessas investigações dos casos de Acidentes de Trabalho Fatais?
- Qual o processo de trabalho das polícias Civil e Técnico-Científica nestas investigações?
  - Como as polícias Civil e Técnico-Científica são notificadas/informadas sobre a ocorrência de ATF – quem aciona estas instituições?
  - Como as polícias Civil e Técnico-Científica conduzem a investigação em casos de acidentes de trabalho fatal e com quais parcerias técnicas contam?
  - Ao se deparar com uma morte devido ao trabalho, quais hipóteses causais que esses policiais carregam consigo?
  - Quais as condições de trabalho (físico-materiais, organizacionais) existentes que apoiam a investigação policial?
  - Como os policiais civis e técnico-científicos são formados/capacitados para a análise de ATF?
  - As polícias Civil e Técnico-científica contam com interfaces com outras instituições de SST para suporte durante estas investigações?
  - Quais documentos são gerados neste processo?

## **2 OBJETIVOS**

Como exposto anteriormente, o acidente de trabalho fatal é um sério problema pela sua alta incidência e severas repercussões sociais, econômicas e familiares.

Diversos são os atores sociais envolvidos na análise destes acidentes, buscando compreender suas causas e visando a sua prevenção. Verificamos que esses Acidentes de Trabalho Fatais constituem um problema a ser abordado pela segurança pública como casos de óbitos por causas externas e, portanto, alvo da atuação das polícia civil e técnico-científica, responsáveis pelo processo de investigação policial.

Assim, dada a importância que denota este trágico evento e a responsabilidade das polícia civil e técnico-científica no esclarecimento destes óbitos, objetivamos descrever como se dá a atuação destas instituições na investigação destes acidentes de trabalho fatais.

### **2.1 Objetivo Primário**

- Contribuir para o conhecimento do trabalho prescrito e real das Polícias Civil e Técnico Científica nas investigações de acidentes fatais ocorridos com trabalhadores durante o exercício de sua atividade laboral.

### **2.2 Objetivos Secundários**

- Descrever as bases legais e os procedimentos padronizados para a investigação de um acidente do trabalho fatal, pela Polícia;
- Identificar as normas e rotinas prescritas para a investigação de Acidentes Fatais e os fluxos previstos no âmbito da Polícia para a investigação dos acidentes de trabalho fatais;
- Descrever como é o trabalho dos policiais envolvidos nas investigações de acidentes de trabalho fatais, identificando os procedimentos adotados

para a análise destes eventos e os documentos resultantes desse processo investigativo;

- Buscar compreender os paradigmas teórico-conceituais que fundamentam a atuação dos agentes da Polícia na análise dos acidentes de trabalho;

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, em um município de médio porte do interior de São Paulo, apoiando-se principalmente em entrevistas semiestruturadas com participantes de cada carreira policial, das Polícias Civil e Técnico-Científica diretamente envolvidas em investigações de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho naquele município, processadas pela análise de conteúdo. Foi complementada por análise documental da legislação e normas prescritivas para a atuação policial e revisão bibliográfica sobre a investigação criminal, nos casos dos óbitos decorrentes do trabalho e sobre as condições de trabalho e saúde destes policiais.

#### **3.1 Participantes, cenário e material da pesquisa**

Os entrevistados são sete (07) policiais civis e técnicos-científicos que atendiam os seguintes critérios de seleção: a) com no mínimo 3 anos de atuação no município; b) trabalhassem ou tivessem trabalhado diretamente na investigação de mortes a esclarecer; c) que se voluntariassem a participar da pesquisa; d) que se contemplasse, no mínimo, um participante de cada uma das seguintes carreiras: Delegado, Investigador, Escrivão, Perito Criminal, Fotógrafo Técnico Pericial, Médico Legista e Auxiliar de Necropsia.

O município selecionado situa-se a aproximadamente 200 quilômetros da capital paulista, próximo a outros centros urbanos no interior do estado, e tem aproximadamente 200.000 habitantes segundo o SEADE (SÃO PAULO, 2015b). Possui um grande parque industrial, principalmente a agroindústria sucroalcooleira, que influencia significativamente a participação do setor em seu produto interno bruto. A influência do setor industrial se destaca no percentual de trabalhadores formais inseridos nesse setor, que é significativamente mais representativa que o percentual estadual. Este município foi escolhido pelo seu porte industrial e pela conveniência geográfica de ser próximo da capital.

Além do acesso aos bancos de dados públicos durante a revisão da literatura, utilizamos, durante as entrevistas, dispositivos eletrônicos (tablets) para anotações das informações e gravador de voz para registro total da entrevista para transcrição posterior. As entrevistas ocorreram nos ambientes de trabalho dos participantes, em locais que garantissem o mínimo de conforto e privacidade. O primeiro contato com os participantes foi realizado a partir de agosto de 2016 e as entrevistas ocorreram entre setembro de outubro de 2016.

### **3.2 Fontes de dados do estudo**

O estudo contou com três fontes:

#### **3.2.1 Revisão de literatura**

Foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema da investigação de acidentes do trabalho realizada pela polícia, abrangendo as normas e prescrições legais e estudos registrados na literatura técnico-científica.

A busca de artigos científicos foi realizada, abrangendo periódicos integrados ao SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e o CIS (Consórcio de Informações Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) utilizando os descritores: Polícia, Polícia Judiciária, Investigação Criminal, Perícia Criminal, Acidentes de Trabalho, Notificação de Acidentes de Trabalho, Vigilância em Saúde do Trabalhador, nos idiomas português e inglês, publicados a partir do ano de 2.000.

#### **3.2.2 Levantamento, descrição e análise dos instrumentos, normas e prescrições sobre a investigação policial de acidentes de trabalho fatais**

Quanto aos instrumentos, normas e prescrições sobre a investigação policial de acidentes de trabalho fatais, foram acessadas fontes de dados públicas, como sites oficiais federais e estaduais. A fonte da prescrição formal sobre o processo da investigação policial está disponível em legislações, que foram acessadas nos sítios das assembleias legislativas. Os detalhamentos destas prescrições são portarias

internas institucionais disponibilizados no sítio da Secretaria de Segurança Pública, que foi uma das principais fontes desta pesquisa.

Inicialmente, seriam também analisados os Inquéritos Policiais sobre Acidentes de Trabalho Fatais finalizados nos últimos 3 anos, levantando e analisando informações quanto a identificação dos óbitos acidentais decorrentes do trabalho, e toda ocorrência que, embora não classificada como acidentes de trabalho, possam ser identificadas como tal, que deram origem a inquéritos policiais na unidade. Porém, devido a mudanças nas regras de acesso às informações policiais, estabelecida pela Resolução 7, de 03/02/2016, da Secretaria de Segurança Pública, que reclassificou vários documentos, dados e informações pessoais no âmbito daquela secretaria de estado, listando documentos que ficarão sob sigilo pelo período de 15 a 100 anos, estando os boletins de ocorrência dentre aqueles com restrição total por 50 anos (SÃO PAULO, 2016b), parte do presente trabalho foi prejudicada por inviabilizar o acesso em tempo hábil aos boletins de ocorrência, inquéritos policiais e laudos periciais. Isso impossibilitou que uma das perguntas iniciais do presente trabalho fosse plenamente respondida, visto que dependeríamos deste acesso para analisar como estas informações poderiam contribuir para a melhoria dos bancos de dados de SST. A citada resolução prevê que tais dados podem ser acessados para fins científicos, porém tal alteração dos trâmites acabou inviabilizando o acesso a tais documentos, uma vez que teríamos que refazer o requerimento de acesso, já iniciado anteriormente, o que prejudicou parte do trabalho pois impossibilitou a análise da qualidade das informações apuradas pelos policiais.

O acesso a tais documentos também permitiria a análise qualitativa dos resultados das investigações policiais sobre ATF. Porém, mesmo sem acesso ao resultado destas investigações, a revisão bibliográfica, que alcançou trabalhos anteriores que tiveram acesso a tais documentos, junto com as entrevistas com os policiais, nos permitiram conhecer um pouco do trabalho destes agentes.

### 3.2.3 Entrevistas semiestruturadas com policiais civis e técnico científicos diretamente envolvidos na investigação de acidentes de trabalho fatais

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com policiais civis e técnico-científicos responsáveis pela investigação destes acidentes/óbitos. Foram



entrevistados sete (07) policiais, de forma que contemplamos um participante de cada uma das carreiras policiais envolvidas diretamente nestas investigações, lotados em diferentes unidades, cada uma em um bairro distinto do município:

- a) Polícia Civil: Delegado, Investigador e Escrivão;
- b) Instituto de Criminalística/SPTC: Perito Criminal e Fotógrafo Técnico Pericial;
- c) Instituto Médico-Legal/SPTC: Médico Legista e Auxiliar de Necropsia.

A finalidade destas entrevistas foi conhecer a atuação policial nas investigações dos acidentes de trabalho fatais, desvelando o modo de trabalho real, buscando identificar os fatores facilitadores e dificultadores na atuação da Polícia na investigação dos acidentes de trabalho. Para compreendermos o trabalho real, fomos além das regras estabelecidas (o trabalho prescrito), para esclarecer o contexto de trabalho. A pesquisa foi conduzida sob a perspectiva teórico-conceitual da Ergonomia da Atividade, porém, sem a intenção de aplicar a abordagem metodológica da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), mas sim de se utilizar de seus aspectos teórico-conceituais para a compreensão do trabalho dos policiais. A AET, exigiria o acompanhamento etnográfico do trabalho policial de investigação de um Acidente de Trabalho Fatal, porém, devido ao sigilo imposto ao processo investigativo policial e à escassez de tempo disponível não foi possível esse acompanhamento.

O foco principal das entrevistas foi conhecer o processo de trabalho envolvido nas investigações dos Acidentes de Trabalho Fatais, compreendendo o trabalho real de cada carreira, a rotina cotidiana de trabalho de cada um desses profissionais, com a descrição das atividades de trabalho que o compõe, e as condições físico-materiais e organizacionais que influenciam nesse processo de investigação dos acidentes de trabalho fatais. Pesquisamos, ainda, se esse trabalho policial era realizado conjuntamente ou associadamente com outra instituição pública. Complementamos essa abordagem do trabalho realizado com as repercussões deste sobre a sua vida para colher informações sobre como cada profissional pensava os impactos da sua atividade laboral em sua saúde e vida.

O roteiro de entrevista (Apêndice C) foi dividido em blocos temáticos (Quadro 4) que procuraram uma aproximação e confiança do policial em falar sobre o processo

investigativo dos Acidentes de Trabalho Fatais, com conjuntos de perguntas que remetiam a dados sócio demográficos, o trabalho real, condições/organização do trabalho policial, repercussões do trabalho sobre a vida do policial, investigações policiais de denúncias de mortes decorrentes do trabalho e clima organizacional intra e interinstitucional.

CATEGORIAS TEMÁTICAS	SUBCATEGORIAS	CONTEXTO
Perfil sócio demográficos		
Quem são os policiais civis e técnico científicos	Idade	-
	Formação acadêmica	-
	Cargo	-
	Experiência no cargo	Tempo no serviço público
	Experiências anteriores	Ocupações anteriores
Condições físico-materiais e organizacionais do trabalho		
Recursos físico-materiais e organizacionais do trabalho	Meios	Recursos necessários
		Recursos disponíveis
	Rotina de trabalho	Meios de controle
		Horários
Rotina cotidiana de trabalho		
O trabalho real	Atividades	Descrição
	Onde é realizado	Trabalho interno ou externo
Clima organizacional intra e interinstitucional		
Intersetorialidade	Interação interprofissional	Isolado ou equipe
	Interação interinstitucional	Isolado ou intersetorial
Investigações de acidentes de trabalho fatais		
Polícia e Investigação de AT	Demanda	Como a informação de AT chega
	Atividades	Descrição
	Capacitações específicas	Cursos e capacitações
Repercussões do trabalho sobre a vida do policial		
Trabalho e saúde	Periculosidade	Riscos percebidos
		Acidentes de trabalho
	Custo x Benefício	Dificuldades no trabalho
		Satisfações no trabalho

Quadro 4: Síntese da análise de conteúdo

As entrevistas foram realizadas no local que o entrevistado considerou mais apropriado, uma de cada vez, sendo que 5 delas ocorreram em salas do próprio local de serviço, negociadas com a chefia local para garantir o mínimo de privacidade, e 2 delas ocorreram fora do local de trabalho em locais selecionados pelo próprio entrevistado, de forma a garantir seu conforto e privacidade. O tempo total de

entrevistas coletadas foi de 6 horas e 35 minutos, variando de 45 minutos a 1 hora e 15 minutos cada uma.

Nos baseamos na análise de conteúdo para tratamento das entrevistas transcritas, utilizando a técnica de análise temática, identificando temas e extraindo características associadas (GRAY, 2012). Após leitura exaustiva e análise das entrevistas, identificamos repetições de temas que foram transformadas em categorias e subcategorias temáticas.

### **3.3 Aspectos éticos**

O projeto do presente trabalho foi submetido, via Plataforma Brasil, ao CEP/IB/UNESP, e aprovado conforme parecer nº 1.747.430 (Apêndice A). Todos os participantes foram devidamente orientados quanto aos objetivos da pesquisa e sobre sua participação. Dois policiais se recusaram a participar após todas as orientações iniciais, sendo interrompida sua participação naquele momento. Somente foram iniciadas as entrevistas após o mesmo ser orientado, ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e assiná-lo, tendo ciência de que poderia desistir de sua participação a qualquer momento.

## **4 RESULTADOS**

A seguir, apresentaremos os resultados da revisão da literatura, do levantamento, descrição e análise dos instrumentos, normas e prescrições sobre a investigação policial de acidentes de trabalho fatais e das entrevistas semiestruturadas com policiais civis e técnico-científicos diretamente envolvidos na investigação de acidentes de trabalho fatais.

Existe um processo de trabalho de investigação de acidentes de trabalho fatais e várias carreiras policiais distintas participam desse processo de trabalho investigativo. Essa atuação policial se fundamenta em legislações e portarias, algumas gerais para todas as carreiras e outras específicas, como descreveremos a seguir.

### **4.1 Fluxo de informações na ocorrência de um acidente de trabalho**

Na ocorrência de um acidente de trabalho fatal, um complexo fluxo de informações é iniciado (Figura 1), com a participação de órgãos públicos já bastante conhecidos na área da SST, como os citados a seguir.

#### **4.1.1 Instituições da área de SST que atuam na análise de acidentes de trabalho**

Algumas instituições públicas da área de SST têm a atribuição de analisar os acidentes de trabalho e são acionadas, em situações e momentos distintos, para que se investigue as reais causas destes eventos: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e o Ministério do Trabalho.

##### **4.1.1.1 Ministério da Saúde - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador**

A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) constitui a estratégia para implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde. A RENAST é formada pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que têm por função dar subsídio técnico para o

SUS, nas ações de promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais. A RENAST é composta por um CEREST Estadual em cada unidade federativa e CERESTs Regionais distribuídos por todo o território (BRASIL, 2009a).

Existem 41 CEREST Regionais em todo o estado. Destes, 5 estão instalados na capital. Os outros 36 são responsáveis pelos demais 644 municípios paulistas, o que significa que cada um é responsável, em média, por 17,8 municípios, algumas vezes ultrapassando 100 municípios na área de abrangência de um único CEREST Regional. A equipe mínima é composta por 10 profissionais, sendo 4 de nível médio e 6 de nível superior, sendo ao menos 2 médicos (20h/sem) e 1 enfermeiro (40h/sem) (BRASIL, 2016b).

#### 4.1.1.2 Ministério do trabalho - Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego

Cada unidade federativa conta com uma Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), diretamente subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Estas SRTE são responsáveis, dentre outras coisas, a fiscalizar as empresas quanto a sua adequação frente às Normas Regulamentadoras de SST e a analisar os acidentes de trabalho. As fiscalizações preventivas são planejadas de acordo com os cronogramas dos projetos da SRTE, enquanto que as fiscalizações de acidentes de trabalho ocorrem por meio de denúncias, que podem ser feitas por qualquer cidadão, sindicato ou organização. O Brasil conta atualmente com 2.782 auditores fiscais do trabalho, o que corresponde a apenas um terço do número recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010).

A falta de auditores fiscais faz com que apenas uma minoria dos acidentes de trabalho seja analisada. Se considerarmos apenas os números oficiais da Previdência Social, dos 615.507 acidentes de trabalho grave (com lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho) ocorridos no Brasil, apenas 2.204 (0,4%) deles foram analisados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2014b).

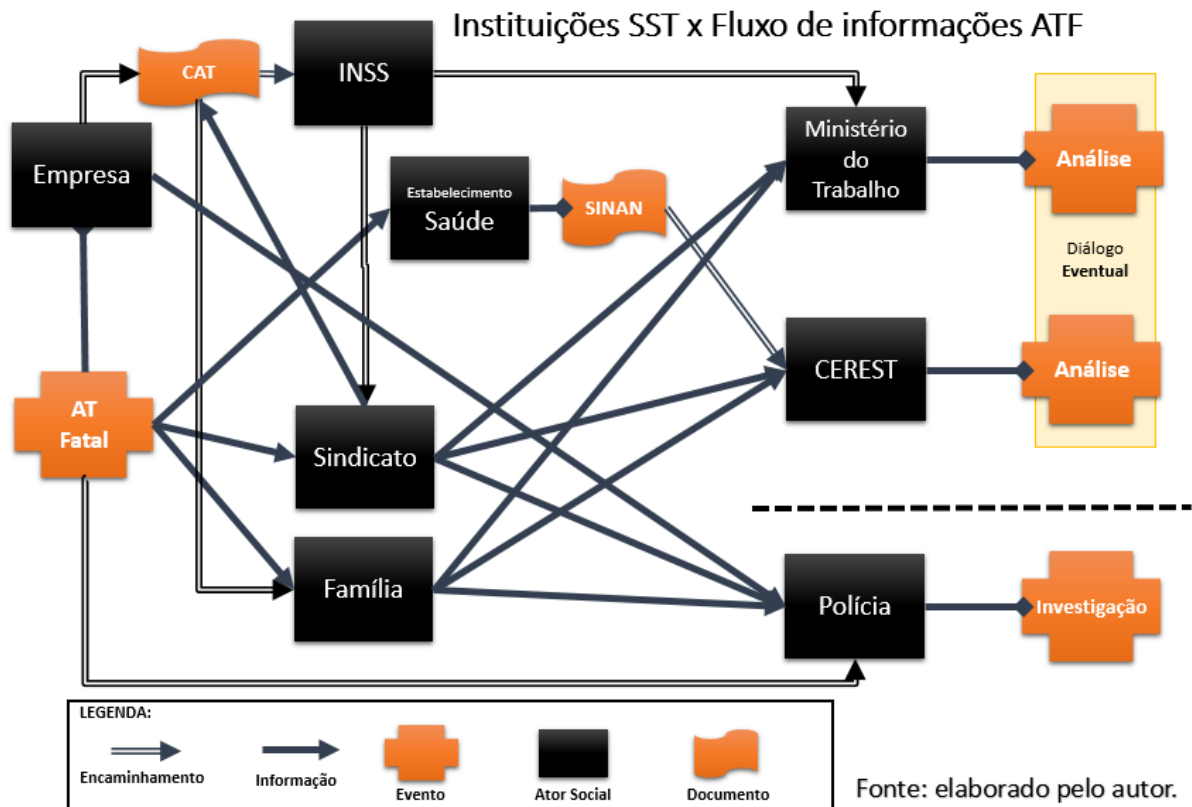


Figura 1: Fluxo de informações na ocorrência de um acidente de trabalho fatal.

Como verificamos anteriormente, a CAT e o SINAN são os principais sistemas de informação utilizados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social e Saúde na identificação destas ocorrências. Porém, além da subnotificação já anteriormente discutida, verificam-se outros entraves nestes sistemas:

- CAT: Na ocorrência do acidente de trabalho, a empresa tem a obrigação legal de comunicar o INSS até o primeiro dia útil seguinte;
  - O INSS, por sua vez, deve expedir cópias desta CAT para a família da vítima e o sindicato de classe;
  - Até o ano de 2010, era previsto que o INSS encaminhasse mais duas cópias da CAT para o Ministério do Trabalho e para o SUS (CEREST/Vigilância Sanitária), porém, a Instrução Normativa INSS 45/10 aboliu esta exigência, disponibilizando a partir de então o acesso ao banco de dados digital da CAT ao Ministério do Trabalho;

- SINAN: Todo profissional de saúde que verificar um óbito suspeito de nexos com o trabalho deve notificá-lo ao SINAN;
  - Porém, no caso específico do Acidente de Trabalho Fatal, somente nos casos em que houve atendimento em um estabelecimento de saúde antes do óbito é que o SINAN o captará;
  - Mesmo nos casos em que houve a notificação, existe um *delay* significativo, pois estas notificações são primeiro encaminhadas à Vigilância Epidemiológica para então ser dirigidas ao CEREST;

O Sindicato e/ou Familiares podem fazer denúncias diretamente a qualquer uma das instituições aqui discutidas, sendo este um dos canais mais rápidos para acionamento destas instituições, o que é de fundamental importância para a análise destes eventos.

Eventualmente, pode ocorrer cooperação técnica entre os CEREST e os auditores fiscais do Ministério do Trabalho para a análise de casos complexos de acidentes de trabalho, porém inexistente esse tipo de cooperação entre estas instituições e a polícia.

Enfim, a figura 1 evidencia que a polícia é a instituição que tem maiores chances de acessar o total de óbitos decorrentes do trabalho pois, além de sua obrigação de esclarecer os reais motivos de óbitos por causas suspeitas, também pode ser provocada por inúmeros atores sociais.

#### **4.2 As instituições policiais, informações policiais e a investigação de acidentes de trabalho**

Entre os atores sociais responsáveis pela investigação e caracterização dos acidentes de trabalho estão as Polícias Civil e Técnico-Científica, subordinadas à Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo, que, entre outras atribuições, apuram as infrações penais e identificam autoria, materialidade e circunstâncias dessas ocorrências. Porém o trabalho dessas polícias ainda se mantém bastante desconhecido no campo da SST, bem como a existência de

parcerias interinstitucionais é rara nos diversos municípios brasileiros, salvo poucas exceções, como a extinta Delegacia de Polícia de Investigações Sobre Infrações contra Organização Sindical e Acidentes do Trabalho, criada pela Portaria DGP nº 31, de 24 de novembro de 1997. Portaria que, além da criação dessa delegacia especializada, dispunha sobre a atuação policial civil na repressão às infrações penais contra a segurança e saúde do trabalhador, fruto de um trabalho conjunto entre Polícia Civil, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, CEREST, FUNDACENTRO e organizações sindicais. (SÃO PAULO, 1997)

#### 4.2.1 As Polícias Civil e Técnico-Científica e suas atribuições relacionadas à investigação de acidentes de trabalho

No que se refere aos acidentes de trabalho, estas instituições têm como atribuição a investigação para identificar a autoria, a materialidade e as circunstâncias que envolvem a ocorrência. Além dos acidentes fatais, que podem ser qualificados como homicídios de acordo com o art. 121 do Código Penal Brasileiro, os acidentes típicos também podem e devem ser alvo de investigação policial para se qualificar ou afastar a hipótese de lesão corporal (art. 129 do código penal). No entanto, é imprescindível deixar claro que a polícia não deve interceder apenas depois da ocorrência do acidente, tendo seu papel também na prevenção, pois o Código Penal prevê, no art. 132, como infração penal *expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente* (BRASIL, 1940).

##### 4.2.1.1 Polícia Civil

A **Polícia Civil (Polícia Judiciária)**, conforme previsto no art. 144 da Constituição Federal, atua na defesa da sociedade e na preservação da ordem pública, promovendo e participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo, exercendo suas atribuições de apuração das infrações penais e identificação de sua autoria. Tem como objetivos, garantir a segurança dos cidadãos e investigar e elucidar a autoria dos crimes, colhendo e transmitindo às autoridades competentes os indícios e provas, indagando seus autores e cúmplices, concorrendo eficazmente para que sejam levados aos tribunais (BRASIL, 1988).



Os órgãos de execução da Polícia Civil são divididos em 17 departamentos: Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP), Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo (DEMACRO), Departamentos de Polícia Judiciária do Interior (DEINTER 1, DEINTER 2, DEINTER 3, DEINTER 4, DEINTER 5, DEINTER 6, DEINTER 7, DEINTER 8, DEINTER 9, DEINTER 10), Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC), Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas (DECADE), distribuídos em 70 delegacias Seccionais, 354 delegacias Especializadas e 1.054 delegacias Territoriais, totalizando 1.478 unidades. Das carreiras foco desta pesquisa, atuam na instituição atualmente 2.976 Delegados de Polícia, 7.035 Escrivães de Polícia e 9.071 Investigadores de Polícia (SÃO PAULO, 2016a).

#### 4.2.1.2 Polícia Técnico-Científica

No estado de São Paulo, a Superintendência da Polícia Técnico Científica (SPTC) é responsável pela coordenação dos trabalhos do Instituto de Criminalística (IC) e do Instituto Médico Legal (IML), editando normas, ações conjuntas e implementando políticas de atendimento à população (SÃO PAULO, 1994).

A Polícia Técnico Científica é especializada em produzir a prova técnica (ou prova pericial), por meio da análise científica de vestígios produzidos e deixados durante a ocorrência de delitos. O conjunto de elementos materiais relacionados com a infração penal, minuciosamente estudados por profissionais especializados, permite provar a ocorrência de um crime, determinando de que forma este ocorreu. Quando possível e necessário, o laudo pericial identificará todas as partes envolvidas (vítima, criminoso e outras pessoas que de alguma forma tenham relação com o delito) (SÃO PAULO, 1998a).

O Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal foram subordinados à Polícia Civil desde a sua primeira estruturação, em 1924, com a implantação da primeira Delegacia de Polícia Técnica. No entanto, programas nacionais e internacionais de direitos humanos e movimentos sociais ligados direta ou

indiretamente ao recente processo de redemocratização nacional clamam pela autonomia dos institutos periciais oficiais, defendendo que essa subordinação funcional a outros órgãos policiais comprometem a isenção do trabalho pericial. Então, desde 1998, os institutos de Criminalística e Médico-Legal fazem parte da Superintendência da Polícia Técnico Científica, ainda que sem autonomia plena por ausência de órgão correcional e academia próprios. Esta limitação de autonomia se deve a falta de previsão constitucional de uma polícia técnico-científica, e projetos de emendas constitucionais estão há anos em processo, visando a sua inclusão no texto constitucional (BONACCORSO, 2016). Os institutos da Polícia Técnico-Científica são organizados por Núcleos de dois tipos: os especializados e os de perícias criminalísticas (generalistas).

Os núcleos especializados do Instituto de Criminalística estão concentrados na capital: Núcleos de Análise Instrumental, Balística, Biologia e Bioquímica, Física, Química, Exames de Entorpecentes, Acidentes de Trânsito, Crimes Contábeis, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Pessoa, Documentoscopia, Engenharia, Perícias Especiais, Identificação Criminal e Informática. Os núcleos de perícias criminalísticas são organizados por equipes que, por sua vez, são responsáveis por um conjunto de municípios. Atualmente são 62 equipes distribuídas por todo o estado, cada uma tendo uma área de abrangência territorial de aproximadamente 10 municípios (com exceção da capital, que conta com 5 equipes) e existem 1.126 Peritos Criminais e 602 Fotógrafos Técnico-Periciais em atividade (SÃO PAULO, 2016a).

Os núcleos especializados do Instituto Médico-Legal estão concentrados na capital: Núcleos de Clínica Médica, Odontologia Legal, Radiologia, Tanatologia Forense, Anatomia Patológica, Antropologia e Toxicologia Forense. Os núcleos de perícias médico-legais são organizados por equipes que, por sua vez, são responsáveis por um conjunto de municípios. Atualmente são 66 equipes distribuídas por todo o estado, cada uma tendo uma área de abrangência territorial de aproximadamente 10 municípios (com exceção da capital, que conta com 5 equipes) e existem 466 Médicos Legistas e 368 Auxiliares de Necropsia em atividade (SÃO PAULO, 2016a).

#### 4.2.2 Os documentos originados pelo processo de investigação policial

O **boletim de ocorrência** é o documento inicial que formaliza a "notitia criminis", onde os fatos são fielmente registrados com os seus principais dados, como relato dos fatos, nomes de agentes, ocupações, vítimas, testemunhas, vestígios, instrumentos e produtos do crime. Nos casos de acidentes com vítimas, deve ser elaborado na delegacia de polícia civil, a partir da denúncia que pode ser feita pela vítima, seus familiares, colega de trabalho, sindicato ou representante da empresa. Com base neste boletim, havendo elementos mínimos de informação ou de provas que possibilitem o desenvolvimento de uma investigação, o delegado de polícia instaura um inquérito (BRASIL, 1941).

O **termo circunstanciado** é o procedimento policial cabível nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo, onde o infrator deve assinar um Termo de Compromisso de Comparecimento ao Juizado Especial quando este for intimado (BRASIL, 1995).

O **inquérito policial** é um procedimento administrativo, presidido pelo delegado de polícia, que objetiva a apuração de fatos que confirmem um crime, subsidiando assim a denúncia à justiça. O inquérito policial deve ser escrito, sigiloso e inquisitivo, representando assim o processo de investigação policial. Do inquérito policial fazem parte todas as provas apuradas durante o processo investigativo, tais como interrogatórios e provas técnicas periciais, representadas pelos laudos técnicos periciais. Ao final do inquérito (término da investigação), o delegado de polícia elabora um minucioso **relatório final** do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente. (BRASIL, 1941)

O **laudo técnico-pericial** é a consubstanciação dos exames feitos pelo Perito Criminal e/ou Médico Legista. Neste laudo estão descritos minuciosamente o que examinaram e respondem aos quesitos formulados pelo requisitante. No tocante ao tema do presente trabalho, os acidentes de trabalho fatais, o Laudo Técnico-Pericial da área da criminalística, elaborado pelo Perito Criminal, representará os elementos coletados no local do acidente fatal, enquanto que o Laudo Técnico-Pericial da área da medicina legal, elaborado pelo Médico Legista, representará os elementos

averiguados durante o exame necroscópico no cadáver da vítima (BRASIL, 1941; BONACCORSO, 2016).

#### 4.2.3 Informações policiais em estudos científicos sobre acidentes de trabalho

Uma revisão preliminar da literatura técnico-científica revela que muitos estudos têm utilizado os bancos de dados policiais para complementar ou para avaliar sua sensibilidade na captação de acidentes de trabalho. A prática acadêmica de se utilizar bancos de dados sobre ocorrências policiais e periciais como complemento na construção de um diagnóstico mais fidedigno da situação de segurança e saúde do trabalhador pode ser verificada em diversos outros trabalhos (SUTILE et al, 2012).

Nobre (2007) analisou os Boletins de Ocorrência (BO) policiais e outras fontes secundárias, como noticiários e entrevistas domiciliares com familiares das vítimas e encontrou que 60 a 70% dos trabalhadores que sofreram acidentes do trabalho fatais, em Salvador, Bahia, no ano de 2004, faziam parte do mercado informal. A autora realizou entrevistas domiciliares a familiares das pessoas falecidas, investigando as circunstâncias da morte, as ocupações e demais variáveis sócio-demográficas e utilizou boletins de ocorrência policiais para identificar essas ocorrências fatais entre esses trabalhadores informais.

Da mesma forma, como já citados anteriormente, Mangas, Gómez e Thedim-Costa (2008), ao estudar acidentes fatais do setor de construção civil, setor composto, em grande parte, por trabalhadores com vínculos precários ou informais, recorreram à busca ativa em laudos do Instituto Médico Legal e Boletins de Ocorrência Policial, dentre outras fontes, para assim lograrem êxito em identificar tais casos, investigando assim a relação do óbito com a atividade de trabalho, a ponto de evidenciar casos em que, a cena do acidente era deliberadamente alterada pelos representantes da empresa na tentativa de descaracterizar o acidente de trabalho.

Em muitos casos, adota-se os laudos do Instituto Médico Legal (Polícia Técnico-Científica) para a identificação de óbitos decorrentes do trabalho, cruzando as informações com outros sistemas oficiais (DRUMMOND JR et al, 1999; SMARZARO, 2005; OLIVEIRA, 2006), ou os laudos periciais do Instituto de Criminalística (Polícia Técnico Científica) para se analisar como os acidentes de

trabalho são explicados pelos órgãos policiais, como discutiremos mais a frente (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004).

Outros estudos analisaram os Boletins de Ocorrência, buscando identificar aqueles relacionados a acidentes de trabalho e então comparando com os sistemas da Previdência Social (CAT) e do Ministério da Saúde (SIM) e, apesar de na maioria dos casos a relação com o trabalho não estar imediatamente evidente, após análise detalhada, se fez possível verificar o potencial desta fonte de informação, que geralmente mostrou uma sensibilidade de 3 a 4 vezes maior na captação destes casos, quando comparados com a CAT (LUCCA; MENDES, 1993; CARNEIRO, 2000; PEPE, 2002).

Verificamos então que os registros policiais poderiam ser uma fonte de informação quantitativa complementar sobre a ocorrência de acidentes do trabalho e podem e devem ser aperfeiçoados e utilizados para melhoria quantitativa das informações disponíveis nos bancos de dados sobre acidentes de trabalho oficiais dos sistemas da Previdência Social, Trabalho e Saúde.

#### **4.3 O trabalho policial prescrito**

Segundo o Código de Processo Penal, o Delegado de Polícia, autoridade policial competente, após ter conhecimento de uma possível infração penal, instaura um inquérito, devendo dirigir-se ao local com o objetivo de apurar os fatos, ouvindo também os envolvidos e testemunhas sobre o ocorrido. No local, geralmente a Polícia Militar é responsável pela conservação do ambiente e vestígios até a chegada dos Peritos Criminais, responsáveis pela produção da prova técnica. Nos casos de óbitos, além da perícia do local do fato, solicitar-se-á também, autópsia a ser realizada pelos Médicos Legistas. Todos os relatos e objetos relacionados ao fato acompanharão o inquérito, junto com os laudos periciais produzidos pela Polícia Técnico-Científica e relatório final do Delegado de Polícia e serão encaminhados ao Ministério Público e ao Juiz competente, que decidirá pelo arquivamento do inquérito ou continuidade do processo jurídico (BRASIL, 1941).

A prova pericial (laudo pericial) é indispensável nos crimes que deixam vestígio. Mesmo com a confissão do agente que cometeu o delito, ela é a principal fonte da

Justiça no estabelecimento de sanções, penas e indenizações (BRASIL, 1941). Toda investigação policial sobre um acidente de trabalho grave deve ter o local da ocorrência periciado, preferencialmente em conjunto com a Polícia Civil, que coletará informações de testemunhas, representantes técnicos da empresa, Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) (SÃO PAULO, 1998b).

#### 4.3.1 Bases legais da atuação da polícia na investigação e registro de acidentes de trabalho

As atribuições e atuação da Polícia nos casos de ocorrência de acidentes de trabalho estão previstas em um amplo arcabouço legal que tem na base a prescrição da Constituição Federal de 1988, o Código Penal; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, entre outros instrumentos e normas que estão organizadas no quadro apresentado a seguir.

<b>Legislação/Portarias</b>	<b>Prescrição</b>
<b>CF/88, art. 6</b>	Estão entre os direitos sociais a saúde, a segurança e o trabalho.
<b>CF/88, art. 7, XXII</b>	O trabalhador tem direito a redução dos riscos inerentes do trabalho.
<b>CF/88, art. 21, XXIV</b>	Compete ao Estado organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
<b>CF/88, art. 196</b>	A saúde é dever do Estado, devendo garantir políticas de redução do risco de doenças e outros agravos.
<b>Lei n.º 8.213/91, art. 19</b>	É Contravenção Penal deixar a empresa de cumprir as normas de SST.
<b>Lei n.º 8.213/91, art. 19 e 20</b>	Define Acidente de Trabalho e Doenças do Trabalho/Ocupacionais.
<b>Lei n.º 8.213/91, art. 120</b>	Empresas negligentes em SST devem ressarcir cofres públicos.
<b>Código Penal Dec. Lei 2848/40, art. 121</b>	Agravante o homicídio resultante de inobservância de regra técnica de profissão.
<b>Código Penal Dec. Lei 2848/40, art. 132</b>	É Infração Penal expor a vida de outrem a perigo.
<b>CLT Dec. Lei 5452/43, art. 630</b>	Autoridades policiais devem auxiliar agentes de inspeção, quando necessário.
<b>Portaria DGP 31/97</b>	Polícia Judiciária deve manter estreito contato com órgãos de SST.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 5: Principais prescrições legais que subsidiam a atuação estatal na investigação de acidentes de trabalho

No quadro anterior, verificamos dispositivos legais que podem e devem ser aplicados na área criminal referente à segurança e saúde do trabalhador. Inicialmente, verificamos dispositivos que preveem o direito universal à saúde, à segurança e ao trabalho, dentre outros direitos sociais, e que o trabalhador tem direito a um ambiente de trabalho salubre, com a redução dos riscos inerentes do trabalho, por meio de normas de saúde higiene e segurança (CF/88, art. 7, XXII), sendo obrigação do empregador esta garantia (Lei n.º 8.213/91, art. 19), e legitimada a intervenção estatal nas relações de trabalho e suas repercussões (CF/88, art. 21, XXIV e art. 196).

Um dispositivo muito importante é o artigo 120 da Lei nº 8.213/91, que prevê as ações regressivas previdenciárias: a empresa negligente quanto à normas de segurança do trabalhador que, por isso, causar doença ou acidente de trabalho a um

segurado do INSS deve ressarcir ao instituto o total de despesas médicas e indenizatórias realizadas e futuras.

O artigo 121, parágrafo 4º, primeira parte, do Código Penal, prevê aumento de pena para os casos de homicídio culposo resultante de inobservância de regra técnica de profissão, e há jurisprudência de sua aplicação contra profissionais da área da SST (engenheiros do trabalho, médicos do trabalho, técnicos de segurança do trabalho, enfermeiros do trabalho, etc.) que não presaram pelas regras de segurança e que, por isso, vieram a causar lesões ou a morte de trabalhadores. Importante frisar que, mais do que criminalizar a omissão dos atores que têm como obrigação a proteção da saúde dos trabalhadores, estes dispositivos devem garantir a prevenção de acidentes de trabalho e é justamente nesse objetivo que reza o artigo 132 do Código Penal Brasileiro, qualificando como infração penal expor a vida dos trabalhadores ao perigo.

#### 4.3.2 Bases técnicas gerais da atuação da polícia na investigação e registro de acidentes de trabalho

Como verificado, apesar de prescrever algumas atribuições do Delegado de Polícia e do Perito Criminal, o Código de Processo Penal não deixa claro quais as atribuições detalhadas de cada ator no processo de investigação, porém outras legislações e documentos legais, como os editais dos concursos para provimento de cargo, permitem elucidar qual o trabalho prescrito a cada carreira.

Em primeiro lugar, se faz necessário deixar claro que todos os policiais estão sujeitos a um regime de trabalho peculiar, em que questões como carga horária, disponibilidade e segurança fogem dos padrões de praxe. O Regime Especial de Trabalho Policial (RETP) foi estabelecido pela Lei nº 10.291, de 26 de novembro de 1968 e atualizado pela Lei complementar 1.249, de 03 de julho de 2014 e todos os cargos policiais das Polícias Civil e Técnico Científica estão submetidos a ele (SÃO PAULO, 1968; 2014).

O Regime Especial de Trabalho Policial - RETP é caracterizado:

- pela prestação de serviços em condições precárias de segurança, cumprimento de horário irregular, sujeito a plantões noturnos e a chamadas a qualquer hora;



- pela proibição do exercício de atividade remunerada, exceto aquelas:
  - relativas ao ensino e à difusão cultural; e decorrentes de convênio firmado entre Estado e municípios ou com associações e entidades privadas para gestão associada de serviços públicos, cuja execução possa ser atribuída à Polícia Civil;
- pelo risco de o policial tornar-se vítima de crime no exercício ou em razão de suas atribuições.

Além do RETP, os policiais civis e técnico-científicos têm outras atribuições comuns a todos os cargos. Estas atribuições são estabelecidas pela Portaria DGP nº 30, de 2012, que estabelece:

- portar arma, distintivo e algemas;
- atender sempre, com urbanidade e eficiência, o público em geral, pessoalmente ou por telefone;
- conduzir viatura policial;
- proceder à abordagem de pessoas suspeitas da prática de ilícitos, realizando busca pessoal quando necessário;
- identificar pessoas, inclusive por meio digital, nas hipóteses em que tal providência se faça necessária.

#### 4.3.3 Bases técnicas específicas a cada carreira policial na investigação e registro de acidentes de trabalho

Além das atribuições comuns a todos cargos, descritas anteriormente, os editais dos concursos públicos para provimento de cargos da Secretaria de Segurança Pública prescrevem as atribuições específicas de cada cargo e utilizamos desta fonte nas descrições a seguir.

##### 4.3.3.1 Delegado de Polícia

O Delegado de Polícia tem como funções inerentes ao exercício do cargo:

- Código de Processo Penal:
  - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
    - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;
    - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;
    - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;
    - ouvir o ofendido;
    - ouvir o indiciado, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;
    - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;
    - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;
    - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;
    - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuïrem para a apreciação do seu temperamento e caráter.
    - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

- Lei Federal nº 12.830, de 20 de Junho de 2013
  - Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
  - Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- Dirigir a Polícia Civil do Estado de São Paulo e praticar atos inerentes à gestão dessa atividade;
- Presidir os atos de polícia judiciária e a apuração das infrações penais,
- Conduzir a investigação criminal e as atividades a ela relacionadas, dentre elas as previstas nos artigos 6º e 301 do Código de Processo Penal e no artigo 69, da Lei nº 9.099/95;
- Atuar em campo com possibilidade de exposição a situações de conflito armado;
- Mediar conflitos.

#### 4.3.3.2 Escrivão de Polícia

O Escrivão de Polícia também tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- Decreto nº 47.788, de 2 de março de 1967:
  - Elaboração e organização de inquéritos e processos policiais sob a orientação direta do Delegado de Polícia;
  - execução de tarefas de escritório em Cartório de Delegacias de Polícia de 3ª, 4ª, e 5ª classes.
  - desempenho das mesmas funções como escrivão adjunto de Delegacia Regional de polícia de 2ª classe,

- participação nas diligências sobre crimes, acidentes e distúrbios;
- buscas, apreensão. reconstituição de crimes, exames de locais e outras perícias;
- trabalhos de licenciamento e registros de competências das Delegacias.
- guarda e conservação de móveis e material de escritório.
- Cumprir ordens da Autoridade Policial no pertinente aos misteres de polícia judiciária, investigativa e técnica, e as relativas à administração da unidade policial;
- Intervir, sempre que necessário, por força do poder de polícia, em conflitos armados, ou não, para preservar o patrimônio, a saúde e a vida dos cidadãos, fazendo uso de arma de fogo em último caso e dentro dos limites da legítima defesa própria ou de terceiros;
- Agir, fora ou dentro da repartição, mirando sempre o bem-estar da população, quer por iniciativa própria, quer por ordem superior;
- Portar, a todo tempo, em razão do cargo e por força de dispositivo legal, identidade funcional, distintivo e arma.

#### 4.3.3.3 Investigador de Polícia

O Investigador de Polícia tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- Decreto nº 47.788, de 2 de março de 1967:
  - Investigações e recolhimento de elementos de convicção para esclarecimentos de fatos delituosos, manifestos ou presumíveis de mediana gravidade ou autoria definida;
  - policiamento de locais públicos para prevenir ou reprimir a prática de crimes ou contravenções.
  - execução de mandados de prisão, de busca e escolta de presos,

- investigação do paradeiro de pessoas desaparecidas.
- Realizar diligências investigatórias e de policiamento preventivo especializado
- Cumprir requisições escritas ou verbais atinentes ao trabalho de polícia judiciária, emanadas pela Autoridade Policial;
- Cumprir mandados expedidos por Autoridade Judicial;
- Elaborar documentos de polícia judiciária e relatórios circunstanciais;
- Escortar presos;
- Realizar prisões e apreensões;
- Manter a segurança de locais onde se desenvolve a atividade policial civil;
- Zelar por equipamentos e viaturas;
- Atender ao público interno e externo;
- Intervir, a qualquer tempo, em ocorrências de natureza criminal;
- Conduzir viaturas policiais;
- Transportar pessoas e coisas
- Conservar, manusear e empregar armas de fogo e equipamentos menos letais;
- Portar arma de fogo;
- Executar demais atos compatíveis com a atividade de polícia judiciária e administrativa.

#### 4.3.3.4 Perito Criminal

O Perito Criminal tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- Decreto nº 47.788, de 2 de março de 1967:

- Exames de peças, documentos e evidências relativas a crimes, acidentes, falsificações, fiscalização e vistoria de fábricas e depósitos de explosivos, armas, munições e produtos químicos agressivos, elaboração de laudos periciais;
  - tarefas correlatas de escritório.
- realizar exames e análises no âmbito da Criminalística, relacionados à Física, Química, Biologia legal e demais áreas do conhecimento científico e tecnológico;
- analisar documentos e objetos em locais de crime de qualquer natureza, para apurar evidências ou colher vestígios, ou em laboratórios, visando fornecer elementos esclarecedores para a instrução de inquérito policial, procedimentos administrativos e/ou processos judiciais criminais;
- analisar vestígios para determinação da identificação criminal por meio da datiloscopia, quiroscopia, podoscopia e/ou outras técnicas, com a finalidade de instruir procedimentos e formar elementos indicativos de autoria e/ou materialidade de infrações penais;
- cumprir requisições periciais pertinentes às investigações criminais e ao exercício da Polícia Judiciária, no que se refere à aplicação de conhecimentos oriundos da Criminalística, com a elaboração e a sistematização dos correspondentes laudos periciais, para a viabilização de provas objetivas que subsidiem a apuração de infrações penais e administrativas;
- examinar, com prioridade, elementos materiais existentes em locais de crime;
- constatar a idoneidade e/ou a inviolabilidade do local, bens e objetos submetidos a exame pericial;
- atender ocorrências com vítimas de desabamentos, desmoronamento, soterramento, incêndios, catástrofes, terrorismo, acidentes de trânsito, agentes tóxicos (sólidos, líquidos e gasosos) com cadáveres presentes ou não no local, com posterior coleta destes agentes para a realização de exames complementares;

- atender locais de crimes com características diversificadas, incluindo contato direto com elementos portadores das mais diversas doenças contagiosas e agentes tóxicos (agentes físicos, químicos e/ou biológicos);
- manusear, coletar e analisar materiais biológicos “in natura”, contaminados e/ou putrefeitos, nos fluidos corpóreos humanos e/ou de animais, bem como de contaminantes ambientais diversos;
- realizar exames genéricos e/ou específicos de manchas, coágulos de sangue humano, crostas, líquido seminal, urina, fezes, saliva etc.;
- manusear e analisar drogas psicoativas (entorpecentes);
- analisar produtos (conhecidos e/ou desconhecidos) de origem industrial, produtos residuais, metálicos e não metálicos;
- realizar análises físicas e/ou químicas de substâncias orgânicas e inorgânicas;
- realizar exame perinecrocópico, manuseando cadáveres;
- realizar exames relacionados com exumação de cadáver;
- portar arma e dirigir viatura;
- atender ao público em geral.

#### 4.3.3.5 Fotógrafo Técnico Pericial

O Fotógrafo Técnico-Pericial tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- fotografar ocorrências policiais em qualquer tipo de local de crime com ou sem vítimas, incluindo o contato com materiais contaminados (agentes físicos, químicos e biológicos) e/ou cadáveres, bem como ocorrências diversas: desabamentos, desmoronamento, soterramento, incêndios, catástrofes, acidentes de trânsito, roubo, furto, entre outros e/ou participar de perícias em laboratórios, sob orientação do Perito Criminal ou do Médico Legista;

- participar diretamente da perícia em condições climáticas desfavoráveis, em qualquer período do dia ou da noite;
- manusear materiais contaminados (seringas, estiletes, facas, armas etc.), para preparação de fotografias;
- fotografar cadáveres, seus ferimentos, perfurações, manchas de sangue, sinais de agressão etc., bem como cadáveres em estado de putrefação e exumações;
- manusear e fotografar substâncias psicoativas e/ou tóxicas (entorpecentes, produtos químicos, entre outros);
- proceder à revelação e ampliação de fotografias com utilização de substâncias químicas;
- manusear arquivos fotográficos digitais, edição de fotos e respectivos arquivos eletrônicos;
- editar laudos periciais;
- dirigir viatura;
- atender o público em geral.

#### 4.3.3.6 Médico Legista

O Médico Legista tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- Decreto nº 47.788, de 2 de março de 1967:
  - Realização de exames médico-legais para lavratura de auto de corpo delito em casos de violência, acidente e tentativa de suicídio.
  - Autópsias, biópsias, exames histológicos, anatomopatológicos e outros para fins de perícia médico-legal e determinação de "causa-mortis".



- executar autópsias ou exames necroscópicos em humanos, em partes de cadáveres putrefeitos e esqueletizados;
- executar perícias de exumação;
- coletar amostras biológicas de humanos, para fins de exames complementares;
- realizar exames periciais de natureza antropológica;
- realizar exames periciais em vivos: lesões corporais, sexológicos, embriaguez, toxicológicos e também nas especialidades médicas;
- acompanhar equipes de perícia em local de crime contra a pessoa, quando necessário, a critério da autoridade requisitante;
- zelar pela cadeia de custódia;
- dirigir viaturas e portar armas;
- atender locais de crimes com características diversificadas, incluindo contato direto com pessoas portadoras de doenças contagiosas ou com substâncias tóxicas (agentes físicos, químicos e/ou biológicos);
- atender ao público em geral.

#### 4.3.3.7 Auxiliar de Necropsia

O Auxiliar de Necropsia tem as atribuições adiante listadas, sem prejuízo de outras tarefas análogas que possam ser determinadas:

- Identificação de cadáver;
- Manuseio de cadáver para possibilitar a observação de lesões externas;
- Execução e acompanhamento de exumações; Abertura de cavidade craniana, torácica e abdominal para possibilitar a observação de lesões internas;
- Colheitas de amostras viscerais para exames de laboratório;
- Reconstituição de cadáver costurando suas partes;

- Limpeza de instrumentos utilizados nas necropsias;
- Recolhimento de ossadas, restos putrefados e cadáveres inteiros para atender exigências legais;
- Limpeza de ossos.

#### **4.4 Os policiais participantes da pesquisa**

Analizamos as sete atividades de trabalho das carreiras policiais das polícias Civil e Técnico-Científicas que participam diretamente da investigação de óbitos por causas externas, como o acidente de trabalho fatal.

Os sete policiais entrevistados trabalham diretamente com o processo de investigação criminal. Têm idades entre 37 e 62 anos (média 52,3 e mediana 54). Atuam como policiais, no mesmo cargo, há, no mínimo, 14 anos e, no máximo, 31 anos (média 24,1 e mediana 25). Quanto à formação, todos têm nível superior e são formados nas áreas de Medicina, Direito, Artes Plásticas, Contabilidade e Engenharia Mecânica e dois dos entrevistados acumulam as formações de Biomedicina e Odontologia e Sociologia e Arquitetura.

Dos 7 entrevistados, apenas um não mora no município. O servidor que trabalha fora do município trabalhava até 4 anos atrás no seu município de residência, porém foi transferido por necessidade de pessoal no município sede deste estudo, e desde então se desloca 80 quilômetros, entre ida e volta, a cada plantão.

Quanto à experiência prévia, atuaram como técnico de enfermagem, advogado, secretário, designer, garçom, policial militar, técnico de laboratório, ortopedista, engenheiro industrial.

Dos 7 policiais entrevistados, apenas dois já participaram de capacitações relacionados à temática de saúde e segurança no trabalho, e ambos por iniciativa e interesses próprios. Todos afirmam nunca terem tomado ciência de capacitações sobre o tema pela instituição policial a que pertencem.

Visando manter o sigilo quanto a identidade de cada participante, utilizaremos os códigos P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7 para identificar cada trecho de entrevista aqui transcrito.

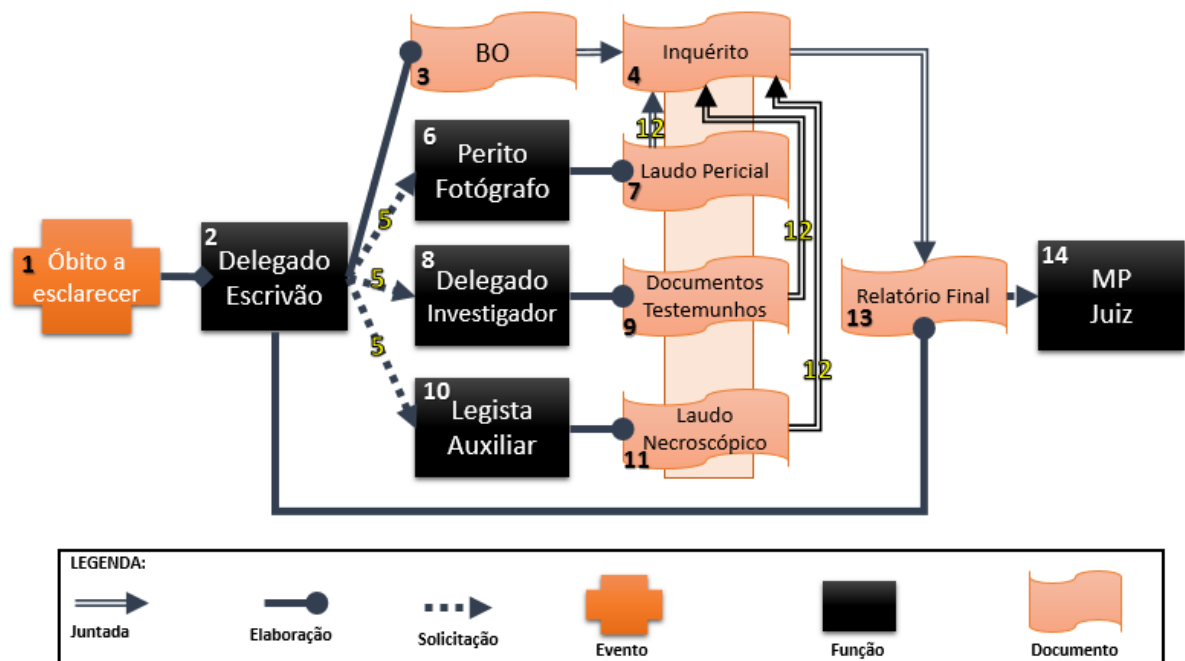
A seguir, descreverei sucintamente a rotina de trabalho, mais especificamente relacionada à investigação de óbitos, de cada uma das carreiras policiais

entrevistadas, para num segundo momento, desenhar o fluxo de uma investigação conduzida por estes atores. Além das informações prestadas por cada representante a respeito da atuação de sua carreira, usarei aqui as informações prestadas pelos entrevistados das demais carreiras, de forma que, a descrição das atribuições de cada carreira seja endossada pelo representante da carreira e dos demais diretamente envolvidos no seu trabalho.

#### 4.5 O trabalho de investigação relatado

Com base nas informações levantadas durante as entrevistas, verifica-se que o trabalho de investigação é baseado na organização taylorista do trabalho, sendo fragmentado entre as carreiras: Auxiliar de Necropsia, Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Fotógrafo Técnico Pericial, Investigador de Polícia, Médico Legista e Perito Criminal, cada uma sendo responsável por uma parte dele.

Buscando ilustrar como é o processo de investigação informado pelos entrevistados, elaboramos o fluxograma a seguir (Figura 2):



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 2: Fluxograma simplificado do processo de investigação

Descrição do processo de forma resumida (Obs.: a numeração foi aplicada para possibilitar a legenda a seguir e não representa sequência temporal):

1. Ocorrência de um Acidente com óbito a esclarecer;
2. Caso é apresentado ao Delegado de Polícia;
3. O Delegado, com o auxílio do Escrivão, na Delegacia de Polícia, elabora o Boletim de Ocorrência;
4. O Delegado, na Delegacia de Polícia, então instaura um Inquérito para apurar a ocorrência;
5. Com a instauração do inquérito policial, são solicitadas diligências para que o Investigador (com o delegado) apure as circunstâncias e outras informações no local, para que Perito Criminal (com o Fotógrafo) pericie o local e para que o Médico Legista (com o Auxiliar de Necropsia) faça o exame necroscópico do cadáver;
6. O Perito Criminal, junto do Fotógrafo Técnico Pericial, se desloca do Instituto de Criminalística/SPTC até o local do acidente e busca as evidências técnicas;
7. Após a coleta de dados, no Instituto de Criminalística/SPTC, o Laudo Técnico Pericial é elaborado pelo Perito Criminal;
8. O Investigador de Polícia, eventualmente na companhia do Delegado de Polícia, também se desloca da delegacia até o local para coleta de testemunhos e documentos;
9. Estes documentos e testemunhos são registrados e inseridos ao Inquérito Policial;
10. Após elaborada a perícia do local, o cadáver é encaminhado ao Instituto Médico-Legal/SPTC para que o Médico Legista, com o Auxiliar de Necropsia, faça o exame necroscópico;
11. O Laudo Necroscópico é elaborado pelo médico;
12. Todas as provas (Laudos Pericial e Necroscópico e Documentos e Testemunhos) são encaminhados à delegacia de polícia e juntados ao inquérito;
13. O Delegado de Polícia elabora um Relatório Final, baseado em todas as evidências apuradas durante o inquérito, e o apresenta ao Ministério Público e Juiz responsável;
14. O inquérito segue na instância jurídica.

A seguir, descreveremos o processo de trabalho policial investigativo relatado por cada policial.

#### 4.5.1 Delegado de Polícia

É o policial incumbido de presidir o inquérito. Na ocorrência de um homicídio ou um acidente fatal, esta ocorrência é informada ao delegado que, por sua vez, após elaboração do Boletim de Ocorrência, instaura um Inquérito Policial para colheita de evidências e provas que possam esclarecer o ocorrido. O delegado, além de instaurar o inquérito, solicita as diligências, convocações de testemunhas, solicitações de documentos, solicita as provas técnicas à Polícia Científica e, após a juntada de todo o material possível, elabora um relatório que encerra o inquérito, para então apresentá-lo ao Ministério Público e ao Juiz competente.

*Atualmente, como eu sou delegado de 1ª Classe, eu tô já em final de carreira... atendo os casos que são trazidos ao meu conhecimento no plantão e despacho os boletins que são feitos... determino providências e... trabalho () inquérito policial... presido inquéritos policiais.*

Em boa parte do tempo o trabalho do delegado é conduzido internamente, no seu gabinete. Somente em ocorrência mais graves, geralmente casos que envolvam homicídios, é que o delegado se desloca ao local da ocorrência para acompanhar a coleta de evidências e provas. Segundo apurado durante as entrevistas, apesar do Código de Processo Penal indicar como atribuição do Delegado de Polícia se deslocar a todo local de crime, isso é inviável há muito tempo, visto que não há delegados suficientes e a ausência dele seria prejudicial aos trabalhos da delegacia. Sendo assim, eles comparecem aos locais de crimes com maior repercussão.

*Meu trabalho é só interno... eventualmente se há um homicídio... se eu estou de plantão, eu faço o local... mas é só quando há um caso de atentado contra a vida... somente em casos especiais.*

Com o auxílio do Escrivão de Polícia ou de outra pessoa indicada (escrivão *ad hoc*) interroga testemunhas e suspeitos convocados até a delegacia.

#### 4.5.2 Escrivão de Polícia

O escrivão de polícia registra todas as informações relacionadas à investigação no boletim de ocorrência e no inquérito policial. Pela natureza do seu trabalho, sua rotina geralmente é interna. Trabalha diretamente com o delegado de polícia, registrando as informações obtidas junto a ele ou isoladamente, quando da convocação de testemunhas elencadas pelo delegado ou pelas partes. Caso o delegado se dirija a um local de crime, pode convocar o escrivão para acompanhá-lo e auxiliar no registro de informações, porém, via de regra o investigador de polícia acaba tomando esta função, permanecendo o escrivão na delegacia, onde registra estas informações posteriormente.

*Tem uns (escrivães) que gostam de ir (ao local do crime)... Eu não vou... Se mandar eu ver enforcado.. Afogado... Aí... Graças a Deus... Geralmente quem vai é investigador né?! Com o delegado... O delegado não obriga a gente ir...*

O registro de todas as informações é feito em sistema informatizado, interligado em rede estadual.

Também faz o primeiro atendimento ao cidadão que procura uma delegacia, orientando e direcionando; e emite as ordens de serviço, solicitadas pelo delegado de polícia, para que os investigadores de polícia façam as diligências necessárias para coleta de informações.

#### 4.5.3 Investigador de Polícia

O trabalho do investigador é, na maior parte do tempo, coletar informações *in loco*, transporte de objetos (geralmente, transporte de apreensões e provas até o Instituto de Criminalística, para perícia) e escolta de presos entre a delegacia e os presídios e fóruns (enquanto o preso estiver sob a guarda da polícia judiciária), portanto, basicamente um trabalho externo.

Assim como o delegado de polícia, é atribuída ao investigador a diligência ao local de crime para coleta de informações e testemunhos, porém, mais uma vez por falta de efetivo, isso nem sempre se aplica:

*O pessoal só vai no local no outro dia... No horário do expediente o pessoal vai... Se tiver fora do expediente, o pessoal nem vai...*

*No mínimo, alguém vai lá, quem é o investigador? O Investigador plantonista. A perícia vai, fotografam. Mas o investigador de homicídio, ele não vai no local fora do expediente... Isso prejudica tremendamente a questão de homicídio! (Então nem sempre o investigador vai até o local do crime) Não! Aqui no interior, pelo menos, não! E porque? Justamente por causa da falta de funcionários! “Pô! Eu tenho que ir de madrugada.. Fora do plantão...” É difícil! Mas o governo vai e coloca mais ocupação ao policial civil... E não tem gente...*

Também são acionados via ordens de serviço para diligências durante o inquérito policial, para apurações de informações.

*Aqui é mais focado nas ordens de serviço. Aqui não é uma delegacia que ‘levanta’ serviço... É feito um boletim de ocorrência, aí manda pra cá, é feita a instauração de inquérito e aí, caso necessário são feitas as ordens de serviço para os investigadores irem atrás... Aí sim tem prazo específico.*

#### 4.5.4 Perito Criminal

O perito criminal tem como principal competência, elaborar laudo técnico pericial que elucide a dinâmica de uma ocorrência, fornecendo subsídios para o entendimento de como aconteceu. No entanto, enquanto que na capital existem núcleos especializados, onde cada equipe é responsável por uma especialidade criminalística (engenharia, DNA, botânica, balística, informática, etc.), dada a organização das unidades do Instituto de Criminalísticas no interior e falta de efetivo, os peritos criminais atuam como generalistas, atendendo a todo tipo de solicitação de perícia, inclusive as laboratoriais (que sejam possíveis de serem executadas no local).

*Todos (nós, peritos, somos) plantonistas! Todos fazem tudo! Porque eu tô de plantão... Eu posso sair para atender um acidente, um homicídio, um suicídio, no local... Mas eu tô cheio de peças pra fazer... Hoje eu não tenho nenhum, mas normalmente vem grafotécnico... Vem patrimônio... Vem chassis... Guincho... Então você fica... Você faz um pouco de*

*cada coisa... Então, evidentemente faltam peritos... Em todas as equipes, creio eu, porque... Para poder haver a divisão de tarefas...*

A ocorrência é informada à equipe de perícias criminalísticas pela delegacia de polícia aonde foi apresentado o caso, e o perito criminal de plantão se desloca até o local, sempre acompanhado pelo fotógrafo técnico pericial, para análise dos fatores que desencadearam o fato em questão. No primeiro momento, o perito entrevista os policiais militares que estão preservando o local, visto que os mesmos, geralmente, já estão ali há algum tempo e já coletaram informações preliminares. Então, no caso de um acidente de trabalho dentro da empresa, busca informações junto aos representantes da CIPA e SESMT.

*Eu sempre gosto de conversar com os policiais militares... O que foi que eles ouviram e viram... Acabo sempre os entrevistando... No caso de um acidente de trabalho, dentro de uma empresa, converso com uma testemunha que presenciou o fato. E o técnico de segurança do trabalho... O engenheiro de segurança... Sempre tem alguém dessa área...*

A partir daí o perito inicia a análise do ambiente, equipamentos e do corpo em si. Todas estas informações são registradas e, junto do registro fotográfico elaborado pelo fotógrafo técnico pericial, é elaborado o laudo técnico pericial que explica a dinâmica do acidente, via de regra, atendo-se aos fatores imediatamente próximos à ocorrência

*Quem coleta os documentos é a polícia civil... Eu me concentro na... Dinâmica do acidente. Veja só... Como eu me atenho à materialidade do acidente né?! A dinâmica do acidente...*

Caso exista a necessidade de exames mais aprofundadas, como análises de DNA, microscopia, dentre outros, estas peças são enviadas para a sede da SPTC, na capital, para elaboração do laudo técnico específico. Somente após o retorno de laudo da peça é que o laudo final do acidente é liberado para o inquérito.



#### 4.5.5 Fotógrafo Técnico Pericial

O fotógrafo técnico pericial tem como função auxiliar o perito criminal na análise dos locais de crimes e acidentes, fazendo o registro fotográfico de toda a “cena” encontrada no local do crime: do local em que ocorreu, a posição em que está o corpo, dos aspectos físicos circundantes ao corpo, da situação da preservação do local, etc..

*Olha... Nossa atuação depende muito do tipo do caso... Mas de imediato, é o registro geral das coisas... Eu mal descii da viatura e ((imita vários cliques de câmera fotográfica)) Na verdade, nesse momento, eu nem estou preocupado com o local, mas se tem 500 curiosos, já uma comprovação de que a coisa pode ter sido mexida né?! E aí a gente vai fazendo a nossa aproximação né?! Por etapas... Se for um local que eu percebo que tá difícil de controlar, que a PM tá tendo dificuldade de controlar, eu me aproximo o mais rápido possível do corpo, registro o corpo depois me afasto de novo... Por que é para evitar que... Porque já aconteceu de parente se jogar encima do cadáver... Se eu vejo que está de boa, aí vou de pouquinho, normalmente ao lado do perito... Isso eu aprendi logo no começo da carreira cara... No começo eu achava mil coisas e ia clicando... Mas no final quem tem que decidir é o perito e não você... E na hora que vou conversar com ele, ele diz “Não! Foi ali, desse e daquele jeito...” e você ((se afunda na cadeira))... Então eu aprendi desde cedo que o melhor é estar do lado do perito tirando as fotos que ele quer... E tem as tradicionais... E depois da digital... Meu... Você consegue tirar 5.000 fotos... Então soca o dedo! Mas eu aprendi... Fica com o perito, pois no final das contas, quem vai abraçar a bucha vai ser ele...*

Estas fotografias são registradas no sistema informatizado da PTC e disponibilizado para o perito, que seleciona quais farão parte do seu laudo.

Além da função de registro fotográfico, geralmente é o responsável por dirigir a viatura policial nos deslocamentos entre a base e os locais.

*Olha... a parte nossa aqui é a fotografiação tradicional né?! Fotografiação de local de crime e trabalhar com a parte de mídia né?! E dirige muito! Aqui o fotógrafo dirige bastante! É o auxílio do perito né!?*

#### 4.5.6 Médico Legista

O médico Legista elabora o laudo necroscópico do cadáver com morte a esclarecer. Trabalha, no município em questão, no Instituto Médico Legal (IML), fazendo os exames de lesão corporal, ou no necrotério (uma sala do Velório Municipal, cedida pelo município para este fim) fazendo os exames necroscópicos que são solicitados pelo delegado que preside o inquérito.

*Ele (o cadáver) SEMPRE vai para o IML! A gente só vê corpo fora do IML quando, por exemplo, você tem que fazer uma exumação... Se bem que agora, a gente chama uma equipe de (nome de uma cidade maior) para fazer isso... Mas eu já fui à cidades distantes para fazer necropsia.... Mas lá a estrutura é muito ruim e eles mandam o corpo pra cá, porque lá não tem como fazer uma boa necropsia... Não tem uma estrutura mínima...*

Além dos exames necroscópicos, o médico legista é responsável por fazer exames em vivos, como corpo de delito, sexológico, etc. Nestes casos, ou a vítima ou acusado é encaminhado ao IML ou o médico legista precisa se deslocar até o local onde está a pessoa a ser examinada (como hospitais, penitenciárias, etc.).

*Um desses domingos eu tive que ir lá no pronto socorro do (nome de hospital de referência do município) porque tinha um sujeito que tinha se acidentado... causou um acidente grave... com vítimas graves... e eu tive que fazer o exame de embriaguez dele lá...*

O corpo é encaminhado aos cuidados da equipe do IML muitas vezes sem informações suficientes sobre as circunstâncias que levaram ao óbito, sendo necessário que este órgão solicite o BO sempre que necessário.

*Depende se a pessoa passou por atendimento médico ou não... Quando passa por atendimento médico, vem com uma ficha... Uma sulfite assim com um histórico muito mal feito na maioria das vezes, sobre o que aconteceu com ele... Então... Acidente de trânsito, motorista de caminhão... Tem muito! Deslocamento para o trabalho... Motoqueiro... Tem muito... Esse cara que caiu do andaime... E quando o cara morre no local, as vezes, né?! Aí vem direto pra cá... Vem do jeito que tá... Sem histórico... Não tem nada... às vezes no BO vem um breve histórico...*

Após o exame necroscópico, ele elabora um laudo que é encaminhado ao delegado de polícia para que seja juntado ao inquérito, como uma prova técnica.

#### 4.5.7 Auxiliar de Necropsia

Como mencionado anteriormente, o auxiliar de necropsia auxilia o médico legista, manipulando o cadáver em busca de evidências que possam elucidar a causa da morte.

*Meu trabalho (consiste em admitir os) os cadáveres né?! Nosso... Nossa carreira é técnica né?! () é corte e costura... É abertura dos corpos... É crânio, abdome () visualização das lesões em si e o estado geral do corpo.*

Dado o número escasso de auxiliares de necropsia na região, trabalha em regime de prontidão, permanecendo em plantão à distância durante 7 dias seguidos, e se apresentando no necrotério sempre que convocado para os trabalhos de necropsia.

Também pode ser o responsável pela prestação de informações aos familiares das vítimas, de acordo com a organização no local.

*Ah... O que me satisfaz? O contato com o público né?! O que satisfaz mais é a sensação de alívio da família né?! (quando o corpo é liberado). Você vê... Você convive com a família... Dar uma informação... As vezes a família não tem nenhuma informação... Aí você vai lá e passa uma informação...*

## 4.6 As condições de trabalho

Na abordagem sobre as condições de trabalho, houve manifestações homogêneas na maioria dos quesitos do questionário, com relativa aceitação quanto à quantidade e qualidade do material/instrumental disponibilizado para o trabalho, porém, grande queixa a respeito de falta de efetivo.

Dada as naturezas diversas das atividades dos entrevistados, as necessidades e percepções sobre os materiais e instrumentos utilizados na rotina de trabalho são distintas.

### 4.6.1 Equipamentos e estrutura

Os veículos são compartilhados e entre os entrevistados não há queixas quanto às condições dos mesmos. Todos são climatizados, o que é um fator importante dado o clima quente do interior paulistano. Todos foram substituídos recentemente por modelos mais modernos.

Porém, algumas queixas quanto ao planejamento de manutenção, abastecimento e distribuição destes veículos foram pontuadas.

Queixas sobre planejamento das revisões periódicas dos veículos e a respeito da cota de combustível fornecida também se fizeram presentes.

Com relação ao armamento fornecido, houveram manifestações das mais distintas, como queixas quanto à qualidade, abdicação do uso de arma de fogo, ou mesmo satisfação. Uma questão recorrente nos noticiários policiais é o acionamento acidental de armas de fogo das corporações. Esta queixa se fez presente, junto com críticas quanto à política de aquisição das armas.

As instituições analisadas não utilizam uniformes nas suas atividades diárias, porém, abordamos a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). Verificamos que o único EPI que seria utilizado por todos é o colete balístico, quando em atividades externas. Dos entrevistados, apenas o escrivão de polícia e o auxiliar de necropsia executam toda sua rotina internamente, não utilizando tal equipamento em suas atividades rotineiras.

Além do colete balístico, os servidores do IML necessitam de EPI para execução dos exames necroscópicos, tais como aventais impermeáveis, luvas, botas,

óculos, máscaras. Neste aspecto, ambos os profissionais se queixaram pela falta de reposição de tais equipamentos.

A questão das instalações foi muito criticada por todos os participantes. Seja pela falta de local apropriado para atender os cidadãos nas delegacias, garantindo privacidade, ou pela ausência de instalações com condições apropriadas para a elaboração de exames.

#### 4.6.2 Horários e organização do trabalho

Todos os entrevistados trabalham sob o regime de plantão. O esquema de plantão oficialmente estabelecido na polícia é o de 12 horas de trabalho, intercalados com 36 horas de descanso, perfazendo a carga horária mínima de 40 horas semanais. Porém, verifica-se uma extrapolação dessa carga horária diária/semanal em muitos casos.

A falta de recursos humanos obriga, em alguns casos, que o servidor se mantenha em regime de sobreaviso durante dias seguidos:

*Ah! É comum ultrapassar as 40 horas semanais! Se você for somar... É assim... Eu chego a ficar 5 ou 6 dias de plantão direto... E agora que tem um colega que vai se afastar para fazer uma cirurgia... Vai ficar 15 dias para cada um no mês... (P4)*

A sobrecarga de trabalho, em alguns casos, obriga que o servidor conclua parte de seus trabalhos fora do horário de expediente.

Todas as atividades do processo de investigação têm prazos estipulados. Porém, dada a característica fragmentada do processo de investigação criminal, as atividades são interdependentes, sendo que, na maioria das vezes, a rotina dependa de fatores externos para serem concluídas, influenciando nos prazos.

#### 4.6.3 Recursos Humanos

A questão mais recorrente em todas as entrevistas é a falta de efetivo. Fosse qual fosse o assunto tratado, invariavelmente voltava à tona a questão da falta de efetivo. Assim como abordado anteriormente, frequentemente ultrapassam os horários estabelecidos e a justificativa é sempre a falta de efetivo policial, frente a uma

demanda que não para de crescer. Uma angústia evidenciada em algumas entrevistas é a impossibilidade de prestar um serviço melhor para a população devido à falta de pessoal. Essa angústia com a qualidade do serviço, prejudicada pela falta de efetivo se repetiu em várias entrevistas. A grande quantidade de aposentadorias recentes, ocasionadas por diminuição recente do teto etário, ameaças de mudanças nas regras previdenciárias e sobrecarga de trabalho, são abordadas

#### 4.6.4 Falta de capacitação específica na área de SST

Nenhum dos 7 entrevistados participaram ou souberam da existência de treinamento institucional a respeito de saúde e segurança do trabalhador (SST), seja com enfoque interno, de prevenção, ou enfoque investigativo. Apenas dois dos participantes já participaram de treinamentos e cursos, um por estar cursando pós graduação na área de SST e outro por ter buscado, via recursos próprios, treinamento na área. Três indicaram que seria interessante esse tipo de treinamento visando capacitá-los na investigação deste tipo de ocorrência. Um deles, além de capacitar para a investigação, remete à necessidade de capacitá-los para se protegerem dos riscos a que estão expostos:

*Porque já teve aqui... Já teve gente que ficou doente... Que pegou hepatite dentro do necrotério... Aqui mesmo () então o cianeto... Um outro auxiliar, que era da prefeitura, um auxiliar prático, ele começou a fazer a abertura do corpo e o cianeto interno é... evaporou e ele foi parar no hospital e quase morre e o caramba... Tem essas coisinhas.... A vítima havia tomado cianeto (para se matar) e quando abriu, além dos gases da putrefação, ele respirou aquilo ali e foi parar no hospital. E todo mundo que chegava ali na sala passava mal... Porque o cianeto leva uns dias para volatizar... Então, vítima de cianeto nós demoramos mais para abrir (fazemos o contrário dos demais corpos, em que demoramos poucas horas para realizar. (P5)*

Por outro lado, houve manifestação de que, apesar de interessante, não estaria entre as prioridades da polícia frente às dificuldades atuais:

*Acho que ajudaria... Mas olha... Hoje eu acho que falta tanta coisa que... Isso não estaria nas prioridades sabe?! Olha só... Fomos convocados para ter um treinamento em uma universidade... Vieram duas médicas legistas lá do (Hospital) Pérola Byington para falar sobre exames sexológicos... Foram apenas 5 pessoas! E foi uma aula excelente! Profissionais muito boas! Mas de todos os profissionais que poderiam se beneficiar do treinamento, apenas eu e mais 4 comparecemos...(P4)*

Essa falta de capacitação surge como manifestações de insegurança em alguns testemunhos:

*() mas eu não tenho especialização em segurança do trabalho... Seria interessante... No mínimo interessante... ter um conhecimento mais aprofundado em acidente de trabalho... seria interessante porque, te dá um pouco mais de respaldo né?! No atendimento de uma ocorrência desse tipo... (P6)*

*Aí é que tá! A grande parte do pessoal que vai investigar isso aí não é preparada para a questão de investigação do trabalho em si... Se for analisar bem, Para nós não é aplicado as normas de segurança, as NR, no estado não tem... Só aplica nas empresas... E grande parte das pessoas desconhece as NR... Só o Ministério do Trabalho que vai verificar essa parte.. Aí investiga como se fosse um... Coloca acidente de trabalho, simplesmente! Pelo que eu soube, nem vai muito atrás... Pelo que eu sei... Aí vai para o Fórum, e aí o perito... O juiz contata o perito para verificar a parte de segurança do trabalho (Nota do pesquisador: na realidade, é o delegado, na fase do inquérito, que solicita a perícia do local e anexa o laudo técnico ao processo que é enviado ao fórum). Mas normalmente a polícia civil... Vai investigar a morte em si, agora as causa dessa morte... o que levou a essa morte... (P3)*

*Dependendo do tipo de acidente, comumente requisita exame pericial para engenharia... Um desabamento... teria que ser um engenheiro (perito criminal) que entenda daquele tipo de... Aqui*

*geralmente vem alguém de Município "Z"... É que eles passam para o IC: "Olha, o caso é assim e assado", aí eles já sabem: "olha, isso aqui é engenharia e tal"... Normalmente, eu como sou leigo no assunto... a gente se vale do trabalho pericial né?! (P1)*

#### 4.6.5 O paradigma comportamental e a atribuição de culpa

Apesar de não ser abordada na entrevista a questão sobre a responsabilidade do acidente de trabalho, percebe-se que o paradigma do "ato inseguro" é bastante arraigado entre os participantes, corroborando a preocupação indicada pela revisão bibliográfica em relação aos resultados destas investigações policiais (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004). Dos 7 entrevistados, 4 consideram que a principal causa dos acidentes de trabalho é a atitude do trabalhador-vítima:

*...O que eu penso dessas mortes, evidentemente grande parte é o fator humano! Certo?! Isso aí é falha humana realmente... A resistência ainda bastante grande do ser humano de usar os EPI, certo?! Das empresas investirem em segurança do trabalho! Que é uma área bastante cara para se investir! O pessoal não gosta de investir! E a falta de punição! Se bem que na parte de segurança do trabalho, as punições são bastante grandes também. As punições financeiras para as empresas são bastante grandes! No entanto, a resistência maior à segurança do trabalho parte dos funcionários! Eles são bastante resistentes a usar EPI e participar de treinamentos também! Esse é o GRANDE problema! Tanto que o engenheiro de segurança do trabalho e o técnico de segurança do trabalho são vistos como vilões da empresa! O pessoal não gosta! "Lá vem os caras chatos aí!" (P3)*

*...pelo que a gente viu... pelo que eu vi é um descuido com as normas de segurança, é a negligência né?! Com as normas de segurança né?! Aí quando chega o corpo, aí daí um pouquinho chega a história... No interior tem muito disso... Mas a história sempre vem e você vai ver quantas faltas contras as NR, e a*



*negligência com o uso do equipamento... Ah é... Em boa parte desses casos, é a negligência da vítima... (P5)*

Um dos participantes, apesar de ainda estar influenciado pelo paradigma do erro humano, trouxe à tona a necessidade de se observar não só o contexto do evento, mas também de olhar como o acidente se anuncia:

*Olha... Eu vou ser sincero... Quase 80% das mortes relacionadas ao trabalho... Ou foi erro do trabalhador... Ou foi aquele... Ato falho... Tipo, aquele cara lá (longe) ligou o fio, o cara aqui não tá sabendo e encostou e ninguém nem se ligou que os fios estavam... E isso assusta um pouco... Porque eu percebo muito que a gente chega num local, olha em volta assim... Olha pro cadáver... Tá sem bota, tá sem luva, tá sem capacete... Tá sem coisa nenhuma entendeu?! Tudo bem que o fiscal tem que ir lá, reclamar com ele... Mas o cara tá sem! E a gente vai lá e mete o pau nele... Mas aí a gente olha pra equipe e tá sem bota, sem óculos, sem capacete... (...) E isso dá medo... Porque a gente sente que tá perigando acontecer algo sabe?! Então você vê que a gente fiscaliza os outros mas não se fiscaliza... (P7)*

No entanto, apesar da evidência desse paradigma estar tão presente nos discursos, percebe-se um alinhamento com outras correntes que pregam penalizações criminais àqueles que deveriam ter prevenido o acidente e, por omissão, não o fizeram (UHLMANN, 2008):

*(P1): (...) esse acidente de trabalho aí seria um homicídio culposo né?!*

*Pesquisador: Então, um acidente de trabalho fatal é considerado um homicídio culposo?!*

*(P1): Sim. E nesse caso tem que ser muito bem feito pois tem repercussão tanto na esfera trabalhista como na criminal e civil né?! A família vai entrar com indenização contra o cara da empresa... Por que descumpriu uma série de... Ela (a família) se*

*vale muito do perito (laudo pericial) e do teor do inquérito em si... das provas que foram arregimentadas...*

*Pesquisador: E nesse caso, onde ocorre um acidente de trabalho fatal, que por omissão da empresa, alguém pode ser responsabilizado por isso?*

*(P1): Quem responde criminalmente é a pessoa física... A pessoa jurídica nunca se responsabiliza... Você não vai prender uma empresa né?! Você vai prender o cara que deveria agir e não agiu né?!*

*Pesquisador: É comum isso (a responsabilização criminal)? O senhor já viu acontecer?*

*(P1): Ah! Nesse caso em que atuei, o caso da [nome da empresa]... foram o engenheiro do trabalho, o técnico de segurança do trabalho, os proprietários, foram todos indiciados... E DENUNCIADOS (ao Ministério Público).*

Sobressaiu-se também a importância do inquérito e das provas levantadas para a responsabilização dos reais envolvidos e para que os interesses dos familiares da vítima sejam atendidos:

*Isso aí vai ser apurado no inquérito policial. Vamos requisitar todo o documento possível que tenha ali, inclusive de CIPA né?! Para ver se havia ali, uma equipe para preservar... Para ver se eles eram orientados... Por exemplo, eles têm que ter a CIPA né?! E se já não tem, porque não tem?! Já é um agravante né?! E nós temos que comunicar... Agora não sei exatamente, de cabeça, qual é o órgão... Mas temos que comunicar a algum órgão do trabalho, todo tipo de evento de trabalho que tenha morte...*

*...Sim. O acidente de trabalho fatal pode ser considerado um homicídio culposo. E nesse caso tem que ser muito bem feito pois tem repercussão tanto na esfera trabalhista como na criminal e civil né?! A família vai entrar com indenização contra o cara da empresa... Por que descumpriu uma série de... Ela (a*

*família) se vale muito do perito (laudo pericial) e do teor do inquérito em si... das provas que foram arregimentadas... (P1)*

#### 4.6.6 Relacionamento interinstitucional

O principal propósito da abordagem da questão do relacionamento interinstitucional foi verificar se existe algum tipo de cooperação técnica com “órgãos públicos especializados na prevenção e/ou repressão aos acidentes de trabalho”, assim como previsto na Portaria DGP n.º 31 de 24 de novembro de 1997, que dispõe sobre a atuação policial civil na repressão às infrações penais relacionadas aos acidentes do trabalho (SÃO PAULO, 1997).

No entanto, quando indagados sobre outras instituições voltadas à prevenção de acidentes de trabalhos, poucos afirmaram conhecer algum tipo de instituição dessa natureza. Apenas dois mencionaram saber que o Ministério do Trabalho teria essa competência, e nenhum deles nunca ouviu falar de instituições como a FUNDACENTRO ou o CEREST (apesar do município em questão ser sede de um CEREST Regional). Chegou-se mesmo a se afirmar que até o momento nunca foi necessária tal parceira:

*Não. A gente sempre deu conta... Me lembro também de um acidente que aconteceu na [nome de uma grande empresa], de um funcionário... De um especialista em eletricidade... E ele estava instruindo, dando uma tipo de aula para seus funcionários, sobre... não chegar próximo da eletricidade né?! E quando ele apontou para o quadro... parece que tinha muita umidade no ar naquele dia... e fechou o curto... e ele era o especialista... e ele morreu... e aí a empresa, que tem um quadro de segurança do trabalho muito bom... já tomou as providências... E isso já serviu para eles reverem as normas... E vieram os peritos engenheiros do IC... E eles analisaram o caso... Mas sempre Polícia Civil e Instituto de Criminalística... Nunca instituição de fora... Nunca precisou né?! (P1)*

Outro participante chegou a afirmar que esse tipo de parceria não seria do interesse de parte da polícia:

*Nem... Em hipótese alguma... Aqui não se usa, nem a título de cooperação, nem mesmo a (nome de uma grande universidade da região), que poderia ser bastante utilizada, em casos de homicídio... Infelizmente, nós temos um grande problema na polícia civil, que são os cardeais... Pessoas VELHAS! Que não têm essa visão científica... É a antiga polícia de dar pau, vamos tirar na porrada.. () É o medo do desconhecido... De alguém chegar aqui e dizer: “Não! Voce tá fazendo errado!” Detestam que alguém fale assim... “Não é assim, é desse jeito!”... Infelizmente, infelizmente... (P3)*

Um dos participantes manifestou interesse e viabilidade para esse tipo de parceria técnica, porém considera que esse tipo de acordo de cooperação deva ser algo pactuado pelos graus mais altos das instituições:

*Respaldo né?! A (nome de universidade) né?! Tem um campus aqui perto... Ah seria interessante... Hum... ((pensativo))... Isso aí teria que partir da Superintendência né?! Teria que vir de cima... Convênios né?! Teria que estabelecer convênios... Porque assim... Informalmente... Extra oficialmente, eu posso ir a uma universidade e conversar com algum, isso e aquilo... Até posso, e se a pessoa concordar... Até posso citar o nome dela no laudo... Mas não tem um convênio formal...*

#### 4.6.7 Como o trabalho policial repercute na vida do policial

Dos sete participantes entrevistados, 2 referem ter sido vítima de acidentes de trabalho, sendo um por queda de objeto durante perícia e outro, com sequela, ao atuar em uma invasão:

*Foi (um acidente de trabalho)! Fiquei pouquíssimo (tempo afastado)... Olha, rasguei aqui e perdi... na mão aqui, eu perdi o movimento desses dedos... Eu fiquei um mês afastado... Eu era novo né?! Queria trabalhar.. Então fiquei só um mês... Mas assim, afastado mais de um mês, só foi esse mesmo... Isso foi numa invasão de uma casa... Tinha uma porta de vidro*

*canelado... Cortou tudo aqui... A mão... Estourou os tendões tudo... E tem sequela! E outra coisa também, é que não fomos orientados, com relação a recursos humanos, poderia até entrar com um pedido de indenização para o estado... Nós não temos a mínima orientação em relação a isso aí... (P3)*

Quatro deles creditam às condições de trabalho processos de adoecimento, tais como ansiedade, depressão, transtornos de humor, cardiopatias:

*Tive um... Tive um estresse muito grande... até... (por) trabalhar MUITO à noite... Isso aí me causou um problema... Tive que me tratar.. Tive até... Síndrome do Pânico... Isso aí é muito comum entre os funcionários...(P1)*

*Eu recentemente comecei a fazer tratamento psicológico... De acordo com o psicólogo tem relação com o meu trabalho! Ele disse que provavelmente eu já era ansioso, e que o trabalho pode ter potencializado isso... Ele disse que como eu lido bem com o meu trabalho, minimiza... Mas é um trabalho tenso e altera... Mas é pouco, de acordo com ele... Mas eu já vi colega bem mal... Pessoal que já deveria ter ido embora... Mas não vai.. Porque querendo ou não, é uma garantia né!? Mas graças a Deus eu consigo vir aqui e... Cara! Depende muito de como você leva... Todo local que eu vou é tragédia... Meu! Pode ter sido um furtinho idiota... Mas para a pessoa foi uma tragédia... Mas eu vou com aquela intenção: “Eu to indo ajudar!” Mesmo que seja ruim, eu to indo pra fazer uma coisa boa! Mas eu vejo o pessoal: “Ah! O trabalho é uma merda, o salário é uma merda...” Daí meu, vive na merda! (P7)*

## **5 DISCUSSÃO**

A seguir, analisaremos e discutiremos os resultados obtidos de forma a elucidar os objetivos e os fatores que influenciam o trabalho de investigação policial dos acidentes de trabalho fatais.

### **5.1 A Investigação Policial do Acidente de Trabalho Fatal**

Ficou evidenciado que o processo de investigação realizado pelas polícias civil e técnico-científicas a partir de um acidente de trabalho fatal tem objetivos distintos da investigação conduzida pelos entes da Segurança e Saúde do Trabalhador, uma vez que da polícia cobra-se explicações como a autoria e materialidade das motivações para o óbito no intuito de promover a punição de responsáveis penais e civis pela ocorrência, enquanto que a investigação pelo campo da SST precisa compreender a multicausalidade presente, identificando os fatores do trabalho que provocaram o aumento de risco para o acidente, compreendendo as circunstâncias e contexto de trabalho em que o óbito ocorreu privilegiando a promoção de futuras ações de prevenção para evitar a reincidência de outro acidente de trabalho.

Além disso, os policiais não têm a capacitação técnica necessária para a análise causal do acidente de trabalho ou mesmo para identificar fontes de risco ambientais e situacionais. Outros fatores relacionados à organização e condições de trabalho das corporações policiais também se mostraram significativos para explicar as dificuldades existentes ao longo do processo investigativo e como estas influenciam nos resultados destas investigações de acidentes de trabalho fatais.

Estes resultados, apesar de limitados pelo pequeno número de entrevistas realizadas, são valiosos pois iluminam as condições de trabalho penosas impostas aos policiais e apontam a necessidade da intervenção de ações de SST no trabalho policial.

#### **5.1.1 Os paradigmas da investigação**

O processo de investigação policial tem o objetivo principal de identificar um culpado, via de regra, nas imediações da ocorrência. Este objetivo é induzido pela

própria Constituição Federal, que atribui à polícia judiciária a apuração das infrações penais, com o principal foco na identificação de sua autoria, ou seja, permeada pelo direito positivista, o que seria um fator dificultador para outro paradigma, tal qual os Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança Industrial (BRASIL, 1988; DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2010).

Este objetivo imediato da investigação policial poderia ser um fator dificultador para cooperação técnica interinstitucional, visto que o foco da SST não é encontrar um culpado, mas sim identificar fatores do trabalho que contribuam e potencializem as probabilidades de aumentar os riscos para a ocorrência de incidentes e acidentes. No entanto, não devemos reduzir os objetivos da investigação policial. Dutra (2010) ressalta que:

“Embora a investigação criminal tenha como fim a instrução de um processo judicial e a punição dos autores de atos de violam a lei, é o contexto social mais amplo no qual ocorrem tais ações que é preciso identificar e descrever. A necessidade disso se mostra mais claramente quando pensamos em um trabalho policial preventivo. ”. (DUTRA, 2010)

As entrevistas corroboraram o demonstrado em estudo de Vilela, Iguti e Almeida (2004) que apontou que a maioria dos laudos da Polícia Técnico-Científica analisam os acidentes como um evento simples, geralmente unicausal, linear e determinístico, indicando como a principal causa, o ato inseguro, culpabilizando a vítima na maioria dos casos.

Via de regra, quando se analisa um acidente de trabalho sob o viés do paradigma comportamental, não se questiona quais as decisões que foram tomadas em níveis hierárquicos superiores ao do trabalhador, que o levou a esta situação de risco, valoriza-se os comportamentos de conformidade, que são aqueles previstos na elaboração das regras prescritas, mas deixam-se de lado os comportamentos de iniciativas dos trabalhadores, e o que influencia essas iniciativas frente às variabilidades do processo (pelo desempenho de qualidade e eficiência do trabalho, por economia de energia, por conforto, por segurança, pela sua experiência no processo, etc.) (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004). Parafraseando Daniellou, Simard e Boissières (2010), estes comportamentos de iniciativa, que surgem quando variações do processo de trabalho são captadas e corrigidas, são, via de regra, invisíveis enquanto o resultado é positivo, ou seja, enquanto funcionam como corretoras do

processo, porém, quando o resultado é negativo, seja por dano material ou lesão física, esta variação é caracterizada como falha humana.

Apesar dos entrevistados defenderem, em sua maioria, que os principais objetivos da investigação sejam a autoria e a materialidade dos fatos, Barbosa (2010), na descrição do ciclo do esforço investigativo criminal, coloca que, além desses, as Circunstâncias do evento são de sumária importância. E, mais, afirma que na investigação criminal:

“...apontar a autoria e a materialidade do crime é necessário, mas não é suficiente. É preciso ir além das cores fortes que tingem o cenário criminoso da infração penal. É necessário que se busque as nuances do objeto de investigação, indo além do superficial e imediato, alcançando o que há de profundo e profícuo na tela em que está expresso o delito” (BARBOSA, 2010)

Sendo assim, fica evidente que o objetivo da investigação policial de um acidente de trabalho não deve ficar restrito a identificar um culpado, e sim ir além, desvelando todo o manancial de causas, como a situação, instalações, prescrições de trabalho e os determinantes distantes da ocorrência (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2010).

Segundo o código de processo penal, a polícia deve averiguar a vida pregressa do indiciado e, aplicando isso a uma investigação policial de um acidente de trabalho fatal, a empresa se enquadraria na qualidade de indiciado caso fosse apurada algum tipo de omissão, e seu histórico de acidentes de trabalho deveria ser averiguado, buscando verificar se há relatos de acidentes da mesma natureza ou ocasionados pelas mesmas decisões gerenciais e/ou omissões, identificando assim padrões de comportamento organizacional. (DUTRA, 2010)

Apesar do paradigma comportamental estar arraigado à cultura policial, vê-se a necessidade de sua superação, afinal os problemas de segurança pública têm, de uma forma ou de outra, em seu cerne, questões que transcendem as imediações do evento em si, assim como ocorre nos acidentes de trabalho. Assim, mais do que identificar a autoria e a materialidade da ocorrência, é atribuição da polícia identificar em que circunstâncias aquilo ocorreu.



## **5.2 As condições do trabalho policial e sua influência no processo investigativo policial**

Ao analisar o trabalho de investigação policial, buscou-se verificar quais os condicionantes desta atuação policial, identificando elementos da organização do trabalho, identificando aqueles que conduzem a esta realidade. É urgente a necessidade de análise das condições de trabalho destes profissionais, principalmente no que tange ao número de policiais em atividade.

Quando analisamos o trabalho destes policiais, verificamos que suas condições de trabalho acabam influenciando, negativamente, sua execução. Verificamos que boa parte dos temas abordados neste estudo são ratificados pelo estudo de Minayo e Souza (2003), como as condições penosas de trabalho, representadas pelas longas jornadas de trabalho, exigência de disponibilidade total para o serviço policial, reduzido efetivo de policiais, organização verticalizada e fragmentada de tarefas sem intercomunicabilidade entre as partes, etc.

### **5.2.1 Formato fragmentado – organização taylorista do trabalho**

Um dos fatores que influenciam negativamente o processo é o formato processual da investigação, taylorista/fragmentado, com diversos atores, cada um com um papel bastante delimitado e com pouca ou nenhuma comunicação entre eles, assim como verificamos no fluxograma simplificado do processo de investigação (Figura 2), o que prejudica significativamente a discussão sobre os reais determinantes da ocorrência investigada. Ora, fragmentar a investigação do acidente de trabalho fatal em partes que são analisadas por equipes distintas, impede ver a correlação entre aquela morte e as suas causas, não alcançando os reais motivadores do fato, indo de encontro a uma das vertentes da investigação criminal:

“ver a floresta toda e não apenas a árvore que está plantada à frente dos nossos olhos, compreendendo que, mesmo que nem todos os culpados sejam descobertos dentro desta floresta, que se possa identificar e atuar sobre a árvore que cause mais dano social e não apenas sobre aquela que, culpada ou não, se atravessa ao caminho”. (VALENTE, 2010)

Como verificamos anteriormente, alguns dos participantes desta pesquisa informaram que um dos fatores que prejudicam o processo seria a falta de

comunicação entre os responsáveis pela investigação, resultante desta organização taylorista do trabalho. Salvo as comunicações oficiais previstas entre os órgãos policiais (Delegacia, IC e IML), que se resume a envio de solicitações e laudos, ou a iniciativa pessoal de um ou outro profissional, não existe prevista uma aproximação ou troca de informações entre estes. Porém, Barbosa (2010) defende que as fases do processo investigativo “não devem ser divididas em compartimentos incomunicáveis e herméticos”.

Além do desenho compartimentalizado, com atores com papéis bem delimitados, a relativamente recente separação organizacional e física entre a Polícia Técnico-Científica e Polícia Civil (SÃO PAULO, 1998a), apesar de se demonstrar fundamental para a autonomia dos peritos, acabou segregando ainda mais os responsáveis pelo processo de investigação, aparentemente dificultando a discussão dos casos investigados, uma vez que, via de regra, nem mesmo ficam alocados no mesmo endereço.

#### 5.2.2 Falta de efetivo

Outro fator evidenciado é a falta de condições ideais de trabalho, principalmente pela falta de efetivo, visto que o número de saídas, ocasionadas principalmente por aposentadorias, é muito maior que o número de admissões, ocasionado pelo reduzido número de concursos públicos, única forma de entrada para as carreiras policiais (SÃO PAULO, 2016a). Esta deficiência, por si só já pode ser um entrave para a superação do paradigma do ato inseguro, uma vez que, para se investigar os fatores mediatos ou históricos, demanda-se tempo e recursos.

A falta de efetivo impossibilita, por exemplo, a diligência de parte dos policiais ao local dos acidentes, como é o caso do delegado, escrivão e investigador. Os únicos que vão em todos os locais de acidentes são o perito criminal e o fotógrafo técnico pericial, e mesmo assim, muitas vezes essa diligência ocorre várias horas depois do ocorrido, o que possibilita a alteração (intencional ou não) dos vestígios (MINAYO; SOUZA, 2003; NOBRE, 2007).

A presença do delegado em todas as fases do processo de investigação, inclusive na diligência ao local do acidente, é crucial pois é a este policial que é atribuída a competência de presidir o inquérito, formulando o relatório a ser apresentado à Justiça e ao Ministério Público, inclusive, tipificando criminalmente a

ocorrência e eventualmente imputando penalizações criminais àqueles que deveriam ter prevenido o acidente e, por omissão, não o fizeram (UHLMANN, 2008).

Com a atual defasagem de efetivo, os policiais na ativa ficam sobrecarregados e sua saúde, segurança e produtividade são prejudicadas. A sobrecarga de trabalho ocasionada pela demanda crescente combinada com a redução histórica dos quadros das polícias Civil e Técnico-Científica impossibilita a devida dedicação necessária à investigação das causas dos acidentes, o que, por si só, já seria um entrave para a superação do paradigma imediatista e comportamental.

### 5.2.3 Naturalização e negação do risco

Como verificamos em todas as entrevistas aqui analisadas e que também é demonstrado pelo estudo de Minayo e Souza (2003), os policiais são submetidos a uma organização de trabalho penosa que acarreta risco para aumentar sua vulnerabilidade e insegurança para o trabalho, que é formalmente imposta pelo Regime Especial de Trabalho Policial, que prevê que todo policial estará sujeito a condições precárias de segurança e cumprimento de horários irregulares.

Apesar das críticas quanto às condições de trabalho, representadas pelas longas jornadas de trabalho e excesso de responsabilidades, apenas um deles mencionou a preocupação com o risco de ser vitimado pela violência urbana pela sua ocupação como policial, o que nos transmite a ideia de que a maior parte deles nega a existência do risco como uma forma de defesa. (SÃO PAULO, 1968; DEJOURS, 1999; MONTEIRO; SANTOS, 2001). Em outro discurso, o policial menciona a banalização do risco observada nos demais colegas:

*É um risco presente! E que a perícia faz questão de fingir que não existe! Aliás é uma reclamação que eu tenho dos mais antigos... (...) Pessoal que não sabe atirar, pessoal que não sabe fazer uma abordagem... (P7).*

Paralelamente, percebemos nos discursos que a percepção do perigo de serem alvo de violências (como agressões ou tiros, por exemplo) estaria intrinsecamente relacionada à identidade do policial (MINAYO; SOUZA, 2003), portanto seria comum também a toda e qualquer profissão riscos específicos e, portanto, a chance de sofrer um acidente, influenciando assim, como ele observa a sujeição do outro ao risco. A

exposição a condições precárias de segurança no trabalho institucionalizadas, acaba condicionando a naturalização do risco, o que pode induzir tais servidores a considerar natural que ocorram acidentes de trabalho tanto dentre os policiais, quanto em outras atividades laborais.

#### 5.2.4 Falta de capacitação técnica

A falta de capacitação específica para este tipo de investigação também é outro fator que compromete estes resultados, assim como também apontado por Minayo e Souza (2003) quando se refere à capacitação destes policiais em relação ao processo de investigação, principal competência das Polícias Civil e Técnico-Científica. As questões relacionadas ao processo de investigação de óbitos decorrentes de acidente de trabalho desvelaram sentimentos de falta de preparo e insegurança profissional quanto ao tema.

Esta fragilidade, além de prejudicar a informação sobre os acidentes de trabalho, prejudica a qualificação das infrações penais e sua consecutiva denúncia à justiça pois para isso é necessário que o nexo causal esteja estabelecido. A falta de caracterização do acidente de trabalho e sua consequente denúncia à justiça gera uma atmosfera de impunidade: segundo dados da Advocacia Geral da União (AGU), órgão responsável pela instauração das ações regressivas previdenciárias, em 2013, dos mais de 700 mil acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, apenas 3,6 mil culminaram na instauração destas ações, ou seja, menos de meio ponto percentual, com reduzido desfecho (BRASIL, 2014a).

Porém, apesar desse sentimento de falta de capacidade técnica para tratar do assunto, alguns manifestaram que esse tipo de treinamento ou parceria com instituições fora do círculo policial seria desnecessário ou, no mínimo, não seria uma prioridade para a polícia frente às atuais dificuldades enfrentadas. Esta postura surge também, como uma incorporação pessoal da *“postura de fechamento da instituição policial à avaliação externa”*, assim como ressaltado por Minayo e Souza (2003), que identificou imensa dificuldade para ter acesso às informações institucionais e individuais, evidenciando uma cultura patrimonialista e corporativista. Além disso, esta postura de autossuficiência vai de encontro ao que sugere Dutra (2010) que defende que a ciência policial depende de outras ciências para sua atuação.

No caso específico da perícia técnica, ao perito criminal é atribuída a realização de exames periciais nas mais diversas áreas da Criminalística e demais áreas do conhecimento científico, porém, idealmente, seria necessária a especialização de cada perito em determinada área, visando maior aprofundamento na análise pericial, assim como ocorre nos diversos núcleos de perícias especializadas na capital. No entanto, o número reduzido de peritos não permite a instalação desses núcleos especializados no interior do estado, obrigando os peritos atuarem como generalistas. Isto fragiliza os laudos elaborados, criando brechas jurídicas para que seus laudos sejam contestados na fase judicial do processo. Isto evidencia uma necessidade de uma política institucional de educação continuada, tanto voltada ao foco da instituição, a investigação, quanto às especificidades de cada setor. (MINAYO; SOUZA, 2003).

#### 5.2.5 Ausência de uma política institucional de investigação de acidentes de trabalho

Como apontado no início deste trabalho, em 1997 foi criada na capital de São Paulo a Delegacia de Polícia de Investigações sobre infrações contra as Relações de Trabalho, contra a Organização Sindical e Acidentes de Trabalho. Esta delegacia foi regulamentada pela portaria DGP nº 31/97 após um trabalho de cooperação entre diversos órgãos, dentre eles: a Polícia Civil, Sindicatos, Delegacia Regional do Trabalho, CEREST, FUNDACENTRO, Ministério Público, Secretaria da Saúde, entre outros. Trabalho que também resultou em um manual de práticas (Cartilha Polícia e Acidentes de Trabalho) para que policiais, sindicatos e trabalhadores adotassem nos casos de acidentes de trabalho e, principalmente, na identificação da iminência de um acidente de trabalho, inclusive, propondo modelos de petição (Anexos A e B) para que os sindicatos propusessem à polícia civil a instauração de inquérito policial nestes casos citados. (SÃO PAULO, 1998b)

Porém, em 27 de novembro de 2011 ocorreu um acidente de trabalho fatal em que morreram três engenheiros que prestavam serviços de manutenção para a CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (sociedade de economia mista vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo), e a Delegacia especializada instaurou inquérito policial para investigar o caso. No dia seguinte à instauração do inquérito, o governador do estado, por meio do Decreto nº 57.546/11 (SÃO PAULO, 2011), extinguiu a referida delegacia, redistribuindo o acervo e casos em tramitação para as unidades territoriais. A atitude do governo estadual de

extinguir a Delegacia de Polícia de Investigações sobre infrações contra a Organização Sindical e Acidentes de Trabalho ratifica a fala de um dos participantes que afirma que esta não é uma prioridade para a polícia.

### **5.3 As repercussões das condições de trabalho para a saúde dos policiais**

As principais queixas de adoecimentos presentes nas entrevistas são as psíquicas, como ansiedade, depressão e transtornos de humor. Essas repercussões coincidem com aquelas apontadas no estudo de Minayo e Souza (2003), manifestando o desequilíbrio da relação entre o prazer e sofrimento na vivência do trabalho policial. Assim como naquele estudo, verificamos nas entrevistas que os fatores de satisfação estão relacionados ao grau de importância de seu trabalho, principalmente quando conseguem finalizar uma investigação onde uma ocorrência é elucidada. E quando analisamos os fatores apontados como de desgaste, encontramos, assim como no estudo de Minayo e Souza, (2003), os seguintes apontamentos: a) a intensidade temporal do trabalho, principalmente ocasionada pela falta de efetivo; b) a falta de habilidades ou conhecimentos especializados conforme a demanda; c) a falta de controle sobre sua atividade, visto que o processo é fragmentado entre diversas carreiras, cada uma com um papel bem delimitado e que, via de regra, não se comunicam; e d) a falta de reconhecimento social

No que se refere à integridade física destes policiais, assim como no estudo de Minayo e Souza (2003), apesar de muitos deles adotarem a estratégia de ignorar o risco, o risco de sofrer um acidente de trabalho se faz presente, principalmente dentre os policiais operacionais, como o investigador de polícia, que está mais sujeito ao enfrentamento direto com marginais e é justamente o profissional que informa já ter sofrido acidente de trabalho típico e, inclusive ter sequelas deste.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa nasceu da intenção de se desvelar o trabalho policial de investigação de acidentes de trabalho fatais, propiciar o entendimento dos procedimentos realizados ao longo desse processo de investigação e conhecer os documentos resultantes desse processo investigativo. Intenção essa que se fortaleceu ao se verificar que diversos outros estudos buscaram as informações policiais, oriundas dos processos de investigações realizados pelas polícias civil e técnico-científicas, e, devido a isso, conseguiram identificar casos de acidentes de trabalho que de outra forma, não conseguiriam nos bancos oficiais da SST.

Havia, no nosso entender, uma oportunidade de que a investigação policial pudesse auxiliar na captação quantitativa desses casos, mesmo que estudos anteriores indicassem que estas investigações eram influenciadas por paradigmas comportamentais, principalmente o ato inseguro.

Com base nos estudos que mostram a força em potencial destes documentos policiais para o entendimento dos locais e possíveis causas dessas fatalidades, num primeiro momento, pretendíamos fazer uma análise documental dos boletins de ocorrência, inquéritos policiais e laudos técnico-periciais, para compreendermos quais eram os paradigmas que estavam sendo adotados, argumentos e justificativas. Entretanto, a publicação da Resolução/SSP 07/2016 restringiu o acesso a tais informações por períodos que podem chegar a 100 anos (50 anos no caso dos boletins de ocorrência), exigindo requisição prévia para futuras pesquisas, e infelizmente o prazo para a conclusão desse projeto de mestrado nos impedia de manter essa estratégia metodológica.

Esta “postura de fechamento da polícia”, também afirmado por outros pesquisadores anteriores, é um descompasso com nossa era democrática e, sob o pretexto de proteger a identidade dos envolvidos em tais casos, desvaloriza o trabalho policial para a sociedade pela falta de transparência e prejudica de maneira substancial o reconhecimento desse serviço público.

Frente a esta barreira, a pesquisa ficou reduzida às entrevistas aos policiais envolvidos na investigação destes acidentes, em um município de médio porte no interior paulista e, não havendo metodologias concorrentes para analisar a questão do paradigma técnico-científico, buscamos na revisão bibliográfica reforçar os

resultados obtidos. Apesar do número de entrevistados reduzido, contemplamos cada uma das carreiras policiais diretamente envolvidas no processo de investigação, representadas pelo delegado, investigador e escrivão de polícia, da Polícia Civil e pelo perito criminal, fotógrafo técnico-pericial, médico legista e auxiliar de necropsia, da Polícia Técnico-Científica.

Devido à alteração da estratégia metodológica no decorrer da pesquisa, não foi possível expandir o número de entrevistados, por dificuldades de acesso ao campo e pela dificuldade encontrada para coletar as informações necessárias sobre este processo de investigação junto aos policiais, que por vezes se demonstraram desconfortáveis em dar entrevista sobre seu trabalho. Porém, a revisão bibliográfica ratificou muitos dos resultados obtidos.

Apesar de buscarmos entrevistar ao menos um participante de cada cargo envolvido na investigação criminal, este número não permite a generalização das informações, sendo necessários futuros novos estudos sobre a temática, aumentando o tamanho da amostra e novos cenários, comparando as mesmas atividades em municípios distintos, como capital e interior, e entre municípios de diferentes portes e características econômico-sociais.

Ainda assim, alguns resultados não generalizáveis podem ser destacados como: a) fragmentação do processo investigativo em 3 (três) instituições distintas com pouca comunicação direta entre elas; b) condições organizacionais de trabalho penosas como jornadas diárias de trabalho prolongadas e excessivas, que estão previstas pelo próprio Regime Especial de Trabalho Policial e que são agravadas por reduzido efetivo de policiais; c) falta de capacitação técnica específica para a investigação das condições de trabalho de risco para os acidentes de trabalho; d) naturalização de risco para acidentes e adoecimento pelo trabalho devido às próprias exigências e condições de trabalho existentes nessas corporações; e) inexistência de uma política institucional da Secretaria de Segurança Pública específica para a investigação policial dos óbitos decorrentes dos acidentes de trabalho; e f) perspectiva explicativa equivocada que simplifica a identificação das causas do acidente aos fatores imediatos e materiais da situação de trabalho, desconsiderando a necessidade de investigação do histórico de incidentes e acidentes havidos nas mesmas condições e situação de trabalho, a existência de disfuncionamentos no sistema sociotécnico dos processos de trabalho e os estímulos organizacionais para a realização de



comportamentos de iniciativa dos trabalhadores, dentre outros aspectos de risco do trabalho que por não ser investigado termina por apoiar a persistência do paradigma comportamental individualizado, que tende a culpar a vítima pela ocorrência do acidente de trabalho.

Concluímos então que novos estudos precisam aprofundar esses resultados, abordando os focos temáticos propostos a seguir:

A fragmentação do processo de trabalho na investigação policial, ocasionado pela distribuição destes policiais em três instituições distintas e autônomas, sugere que a comunicação entre os responsáveis pelas diferentes fases do processo de investigação se dá apenas por meio formal, através apenas dos relatórios e laudos finais, de maneira escrita, então sugerimos que novos estudos sejam realizados, na tentativa de melhor compreender como esses agentes realizam seus trabalhos e, portanto, se existe algum tipo de comunicação além destes relatórios e, existindo, como se dão, caso precisem de informações de outro agente durante o processo de investigação, para conhecer como estas três instituições integram as suas partes investigativas entre si, seus processos de comunicação e as formas de interação desses processos parciais.

Devido às condições de trabalho que desrespeitam seus limites biopsicossociais, ocasionadas pelas jornadas extensas e prolongadas de trabalho impostas pelo RETP, e combinadas com a quantidade de efetivo aquém do minimamente necessário para que possam se dedicar ao complexo trabalho de investigação de um acidente de trabalho fatal, além de suas outras já bastantes complexas atribuições, estudos precisam ser desenvolvidos para estudar os impactos desse regime organizacional na saúde desses policiais.

Quanto à capacitação, assim previsto no art. 7º da Portaria DGP 31/97, que dispõe que disciplinas atinentes à SST deveriam ser inseridas nos cursos de formação inicial e complementar dos policiais, tanto para capacitá-los para a investigação de ATF, quanto para que outros paradigmas sejam abordados; também como já concluído pelo estudo de Vilela, Iguti e Almeida (2004); pelos relatos dos entrevistados, que demonstram desconhecimento das concepções e métodos de investigação dos acidentes de trabalho fatais, gerando insegurança na condução destes e até mesmo a contestação judicial dos laudos periciais oficiais, uma vez que, muitas vezes é questionada a competência do policial na análise do evento, e; dada

a complexidade da análise que alguns acidentes de trabalho exigem; sugerimos que estudos sejam realizados buscando identificar o quanto e qual natureza de capacitação em SST seria necessária para estes policiais.

Porém, como afirmam Minayo e Souza (2003), a formação profissional é definida de acordo com o que a instituição considera importante à sua política, e notoriamente não existe na prática uma política institucional voltada para a investigação de acidentes de trabalho, assim como fica evidente no discurso dos participantes da pesquisa, e na atitude do poder executivo, que decide pela extinção da única delegacia especializada na investigação de acidentes de trabalho, justamente no momento em que uma empresa com participação do governo seria alvo de um inquérito relacionado a acidente de trabalho.

Talvez a devida capacitação poderia habilitar estes policiais a identificarem as reais causas dos acidentes de trabalho, pois na análise de um acidente de trabalho, deve-se observar não apenas o resultado do acidente, mas sim as condições que contribuíram/motivaram o fato; deve-se considerar os fatores organizacionais, as variabilidades das condições, dos materiais e ferramentas, da interação dos coletivos de trabalho, do estado biopsicossocial do indivíduo e de suas respostas a estas variabilidades, pois quanto mais complexo esse sistema sociotécnico, maiores as chances de ocorrência de falhas humanas, devido ao aumento do esforço humano, assim como previsto em paradigmas como os Fatores Humanos e Organizacionais de Segurança - FHOS (DANIELLOU; SIMARD; BOISSIÈRES, 2010).

Paralelamente aos esforços de superação quanto às insuficiências aqui identificadas, sugerimos também que estudos sobre os trabalhos efetuados pela extinta Delegacia de Polícia de Investigações sobre infrações contra as Relações de Trabalho, contra a Organização Sindical e Acidentes de Trabalho sejam realizados para conhecer estes resultados obtidos para então contribuir com uma reflexão sobre a retomada dessa atuação pública.

Como vimos, existe a previsão legal de responsabilização civil e criminal dos agentes encarregados de prezar pela segurança e saúde do trabalhador que se omitirem e, para isso, é necessário que haja intervenção pública no problema aqui discutido. Isso deve ocorrer tanto depois da ocorrência, buscando a penalização como forma de prevenção secundária e intimidação coletiva; quanto, e principalmente, antes da ocorrência do acidente, quando é identificada a exposição a fatores de risco sem

controles adequados. Esta responsabilização deve se estender do empregador que, mesmo não podendo ser indiciado criminalmente por ser uma pessoa jurídica, pode ser alvo de ações regressivas previdenciárias, para que ressarça o INSS na ocorrência de acidente de trabalho que gere despesas àquele instituto; e aos técnicos do SESMT que têm a competência profissional e ética de avaliar se as condições técnicas são compatíveis com o trabalho seguro e, na omissão de suas obrigações, podem e devem ser responsabilizados civil e criminalmente.

Atualmente, verifica-se um quadro de impunidade generalizado nesta área, pois são pouquíssimos os casos em que uma empresa é responsabilizada pelo adoecimento e acidentes de trabalho, portanto o número de ações regressivas ao INSS é insignificante, e raros são os casos em que os técnicos de SST omissos de seus papéis são civil e criminalmente responsabilizados.

No entanto, como ficou evidente neste estudo, devido às insuficiências do processo de investigação, ocasionadas principalmente pela falta de qualificação técnica especializada e pelo efetivo reduzido, a polícia encontra dificuldades para definir o nexo causal entre o acidente e o trabalho, o que impossibilita identificar as reais responsabilidades.

Finalizando, convidamos outros pesquisadores a adentrarem este ainda pouco estudado tema envolvendo polícia e SST, tanto no que se refere à condução destas investigações policiais de acidentes de trabalho, quanto à saúde e segurança destes policiais, com a condução de estudos quantitativos e qualitativos, com amostras significativas, e com a análise dos documentos resultantes da investigação policial, como os boletins de ocorrência, termos circunstanciados, inquéritos policiais e laudos periciais, que tanto poderiam iluminar nosso caminho nessa pesquisa, com o objetivo de melhorar as informações para a análise dos acidentes de trabalho e para que sugestões possam ser tecidas, como, por exemplo, a criação de campo obrigatório nesses documentos que identifiquem estas ocorrências como acidentes de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cleibson Aparecido et al. **Ocorrências Aeronáuticas: Panorama estatístico da Aviação Brasileira - Aviação Civil 2006-2015**. Centro de investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA). Brasília. 2016. Disponível em: <[www2.fab.mil.br/cenipa/index.php/estatisticas/panorama](http://www2.fab.mil.br/cenipa/index.php/estatisticas/panorama)>. Acesso em 11 fev. 2017.
- BARBOSA, Adriano Mendes. **Ciclo do esforço investigativo criminal**. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, v. 1, n. 1, p. 153-179, jan./jun. 2010.
- BONACCORSO, Norma Sueli. **Investigação científica na fase de investigação: aporte da realidade no estado de São Paulo**. In: LENER, Daniel Josef et al. *Polícia e investigação no Brasil*. Brasília: Gazeta jurídica, 2016. P. 121-151.
- BRASIL. Advocacia Geral da União. **AGU evolui no ajuizamento de ações regressivas acidentárias**. Brasília, 2014(a), Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/agu-evolui-no-ajuizamento-de-acoes-regressivas-acidentarias>>. Acesso em 17 dez. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2014.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal brasileiro**. Brasília, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal**. Brasília, 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Brasília, 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2014**. Brasília, 2016(a). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/AEPS-2014.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências.** Brasília, 2009(a). Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728\\_11\\_11\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html)>.

Acesso em: 26 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Notificação de Acidentes de Trabalho Fatais, Graves e com Crianças e Adolescentes.** Brasília, 2009(b). Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06\\_0442\\_M.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_0442_M.pdf)>. Acesso em: 26 ago.

2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).** Rio de Janeiro, 2016(b). Disponível em: <

<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/cerests> >. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resultados da Fiscalização em Segurança e Saúde no Trabalho.** Brasil, 2014(b). Disponível em:

<<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalho/seguranca-trabalho-2014>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

CARNEIRO, Sérgio Antonio Martins. **Trabalho e violência: relação de proximidade da violência a trabalhadores durante a jornada de trabalho, na Zona Norte de São Paulo, em 1998.** 2000. 149 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DANIELLOU, François; SIMARD, Marcel; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores Humanos e Organizacionais da Segurança Industrial: um estado da arte.** Traduzido do original Facteurs Humains et Organisationnels de la Sécurité Industrielle por Rocha, R., Lima, F. e Duarte, F. 2010. Número 2013-07 dos Cadernos da Segurança Industrial, ICSI, Toulouse, França (ISSN 2100-3874).

DEJOURS, Christophe. **O fator humano.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 104 p.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário da saúde do trabalhador 2015.** São Paulo:

DIEESE, 2016. Disponível em

<[http://www.dieese.org.br/anuario/2016/Anuario\\_Saude\\_Trabalhador.pdf](http://www.dieese.org.br/anuario/2016/Anuario_Saude_Trabalhador.pdf)>. Acesso em 21 jun. 2016.

DRUMOND JR, Marcos et al. **Avaliação da qualidade das informações de mortalidade por acidentes não especificados e eventos com intenção indeterminada.** Rev. Saúde Pública [online]. 1999, vol.33, n.3, pp. 273-280.

Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101999000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101999000300008) >. Acesso em: 15 maio 2015.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Pragmática da Investigação: modelos intencionais na investigação policial**. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, v. 1, n. 1, p. 137-152, jan./jun. 2010.

GONÇALVES, Cláudia Giglio de Oliveira; DIAS, Adriano. **Três anos de acidentes do trabalho em uma metalúrgica: caminhos para seu entendimento**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.2, pp.635-646. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200027>.

GRAY, David E.; **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 488 p.

LUCCA, Sergio Roberto de; MENDES, René. **Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989**. Rev. saúde pública. jun. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v27n3/03.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015

MAIA, André Luis Santiago et al. **Acidentes de trabalho no Brasil em 2013: comparação entre dados selecionados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (PNS) e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) do Ministério da Previdência Social**. FUNDACENTRO. 2015. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/estatistica/boletins/boletimfundacentro1vfinal.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017

MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento; GOMEZ, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **Acidentes de trabalho fatais e desproteção social na indústria da construção civil do Rio de Janeiro**. Rev. bras. Saúde ocup. [online]. 2008, vol.33, n.118, pp. 48-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v33n118/06.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

MELO, Luiz Eduardo Alcântara. **A previdência social e a luta contra os acidentes e doenças do trabalho no Brasil Informe da Previdência Social**, v. 23, n. 7, p. 3-7, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_110728-104424-440.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_110728-104424-440.pdf)>. Acesso em 15 ago. 16

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Missão investigar: Entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 352p.

MONTEIRO, Simone; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. **Naturalização do risco: do molde à modulação?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(6):1277-1311, nov-dez, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v17n6/6944g.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

NOBRE, Letícia Coelho da Costa. **Trabalho precário e mortes por acidentes de trabalho: a outra face da violência e a invisibilidade do trabalho**. 2007. 283 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva da Universidade

Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <  
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10395> >. Acesso em: 22 jul. 2015.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil: A Inspeção do Trabalho no Brasil: pela Promoção do Trabalho Decente**. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <  
[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour\\_inspection/pub/trabalho\\_decente\\_inspecao\\_280.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_decente_inspecao_280.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2016.

OLIVEIRA; Ligia Regina. **Subsídios para a implantação de um sistema de vigilância de causas externas no município de Cuiabá/MT** [tese]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2006.

PEPE, Carla Cristina Coelho Augusto. **Estratégias para superar a desinformação: um estudo sobre os acidentes de trabalho fatais no Rio de Janeiro. 2002**. 82 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572008000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572008000200006&script=sci_arttext) >. Acesso em: 15 jul. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 42.847, de 9 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Superintendência da Polícia Técnico-Científica e dá providências correlatas**. São Paulo, 1998(a). Disponível em: <  
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-42847-09.02.1998.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 57.546, de 28 de novembro de 2011. Cria o Grupo de Operações Especiais - GOE e extingue a Delegacia de Polícia que especifica, ambos do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania - DPPC, e dá providências correlatas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <  
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57546-28.11.2011.html>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Informações relativas aos Servidores Públicos no âmbito do Poder Executivo – Portal da Transparência do Governo de São Paulo**. São Paulo, 2016(a). Disponível em: <  
<http://www.transparencia.sp.gov.br/pessoal.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 756, de 27 de junho de 1994. Organiza a Superintendência da Polícia Técnico-Científica e dá outras providências correlatas**. São Paulo, 1994. Disponível em: <  
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-756-27.06.1994.html>> Acesso em: 26 mar. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.291, de 26 de novembro de 1968. Institui na Secretaria da Segurança Pública, o Regime Especial de Trabalho Policial para**

**os ocupantes de cargos, funções, postos e graduações indicados e dá outras providências.** São Paulo, 1968. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10291-26.11.1968.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Polícia Civil. **Cartilha Polícia e Acidentes de Trabalho.** 1. ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 1998 (b). 42 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2015(a). Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/default.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Portaria DGP nº 31 de 24 de Novembro de 1997. Dispõe sobre a atuação policial civil na repressão às infrações penais relacionadas a acidentes do trabalho, e dá providências correlatas.** São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/smartsection/item.php?itemid=198>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Resolução SSP nº 7, de 03 de Fevereiro de 2016. Dispõe sobre a classificação de documentos, dados e informações pessoais e sigilosos no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos termos da Lei 12.527/11 e do Decreto estadual 58.052/12, alterado pelo Decreto estadual 61.559/15.** São Paulo, 2016(b). Disponível em: <[http://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages\\_legislacao](http://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_legislacao)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos. Sistema SEADE de Projeções Populacionais.** São Paulo, 2015(b). Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SMARZARO, Dorian Chim. **A informação sobre mortes por causas externas: estudo do preenchimento da causa básica de óbito em um serviço de medicina legal no Espírito Santo 2000-2002.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/bitstream/handle/icict/4639/674.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SUTILE, Viviane Maria et al. **Análise da Qualidade das Informações sobre a Morbidade e Mortalidade por Causas Externas no Brasil. Instituto Municipal de Administração Pública da Prefeitura de Curitiba, PR. 2012.** Disponível em: <[http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/2012\\_analise\\_da\\_qualidade\\_das\\_inofrmacoes\\_sobre\\_morbidade\\_e\\_mortalidade\\_por\\_causas\\_externas.pdf](http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/2012_analise_da_qualidade_das_inofrmacoes_sobre_morbidade_e_mortalidade_por_causas_externas.pdf)>. Acesso em: 12 set 2015.



UHLMANN, David. **Prosecuting Worker Endangerment: The Need for Stronger Criminal Penalties for Violations of the Occupational Safety and Health Act, [S.l.]: Issue Brief of the American Constitution Society, set. 2008.** Disponível em <<http://www.acslaw.org/node/6986>> Acesso em 23 fev. 2015.


VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **A cientificidade da actuação policial como garante dos direitos humanos.** Revista Brasileira de Ciências Policiais Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2010.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; IGUTI, Aparecida Mari; ALMEIDA, Ildeberto Muniz. **Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho.** Cad. Saúde Pública [online]. 2004, vol.20, n.2, pp. 570-579. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000200026&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000200026&script=sci_arttext) >. Acesso em: 6 maio 2014.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A

### Parecer CEP (1 de 4)

<b>INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DE RIO CLARO/UNIVERSIDADE</b>	
---	---

#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Acidentes de Trabalho Fatais e a Investigação Criminal: Um Estudo de Caso sobre o Processo de Investigação Policial no Município [REDACTED]

**Pesquisador:** ADILSON FERREIRA DE MAGALHAES

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 56945816.0.0000.5465

**Instituição Proponente:** FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEG E MED DO TRABAL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.747.430

#### Apresentação do Projeto:

Trata de um estudo de pesquisa realizado pelo aluno Adilson Ferreira de Magalhães, sob orientação da Dra. Thaís Helena de Carvalho Barreira, junto ao PPG Trabalho, Saúde e Ambiente da FUNDACENTRO. O presente estudo visa contribuir para o conhecimento da atuação da Polícia Civil sobre a ocorrência de acidentes de trabalho fatais.

#### Objetivo da Pesquisa:

Contribuir para o conhecimento da atuação da Polícia Civil para melhoria de suas condições de trabalho e, consequentemente, o aprimoramento das informações (quantitativas e da explicação causal) sobre a ocorrência dos acidentes do trabalho fatais no país, visando a efetiva aplicação da atuação intersetorial nas políticas públicas em SST.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não serão realizados procedimentos que provoquem desconfortos físicos. Este pesquisador está ciente que nas entrevistas individuais e coletivas, emoções e sentimentos podem ser mobilizados ao conversar sobre fatos vividos. Além disso, entendemos que questões relacionadas ao trabalho policial possam gerar desconforto e até mesmo conflitos de interesse. Porém, visando minimizar estes riscos, este pesquisador buscará manter a objetividade e materialidade dos procedimentos como foco da pesquisa, e compromete-se a resguardar anonimato e confidencialidade aos dados

**Endereço:** Av.24-A n.º 1515

**Bairro:** Bela Vista

**CEP:** 13.506-900

**UF:** SP

**Município:** RIO CLARO

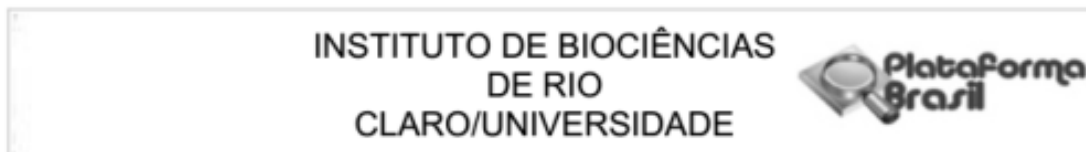
**Telefone:** (19)3526-9678

**Fax:** (19)3534-0009

**E-mail:** cepib@rc.unesp.br

## Apêndice A

### Parecer CEP (2 de 4)



Continuação do Parecer: 1.747.430

fornecidos, assegurando a possibilidade de a qualquer momento o participante poder abandonar sua participação sem sofrer penalidades. Além disso, todas as entrevistas somente ocorrerão em local apropriado, que permita o sigilo da entrevista e, mais uma vez, somente após o entendimento dos objetivos e riscos da pesquisa e aceite na participação.

Com este, o pesquisador espera contribuir para o reconhecimento do trabalho policial nas investigações dos acidentes fatais de trabalho e vislumbra-se a possibilidade de contribuir na melhoria de procedimentos e recursos adequados para a implementação de Políticas Públicas relacionadas ao tema.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo será realizado utilizando duas técnicas de pesquisa. Inicialmente, será realizada uma análise documental, utilizando textos normativos e investigações conduzidas por Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e inquéritos policiais sobre acidentes de trabalho em delegacias da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Posteriormente, entrevistas semiestruturadas serão realizadas, com policiais civis. Ainda, caso necessário, entrevistas coletivas poderão ser utilizadas com policiais que se voluntariarem para participar de ao menos 3 a 4 sessões de grupos focais. Questionário semiestruturado foi apresentado, com questões adequadas e pertinentes, sendo que o mesmo será aplicado a policiais civis lotados no município

As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas na sua integralidade, para análise em profundidade e por categorias temáticas tomando-se como apoio metodológico a técnica de análise de conteúdo, específica para análise de dados qualitativos, categorizando, descrevendo e interpretando os dados obtidos (Bardin, 2016). A avaliação dos dados dar-se-á através da triangulação de métodos (GRAY, 2012), onde os dados obtidos com os levantamentos documentais, com as entrevistas e com as possíveis observações etnográficas serão criteriosamente analisados, confrontados e inter-relacionados, procurando estabelecer eixos comuns que respondam aos objetivos propostos por esta pesquisa.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Nas IBPs:

- informa os riscos da pesquisa e as formas para minimizar os mesmos;
- informa os benefícios da pesquisa de forma a justificar a realização do mesmo
- apresenta cronograma, com definição de início da coleta de dados a partir da segunda quinzena de setembro de 2016;

**Endereço:** Av.24-A n.º 1515

**Bairro:** Bela Vista

**CEP:** 13.506-900

**UF:** SP

**Município:** RIO CLARO

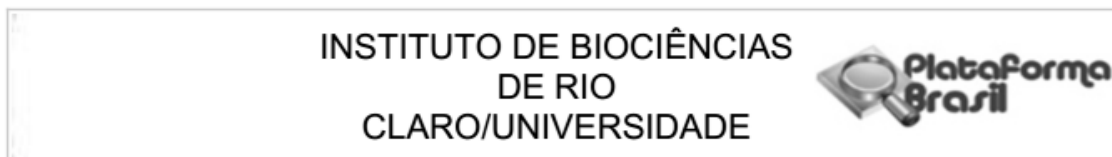
**Telefone:** (19)3526-9678

**Fax:** (19)3534-0009

**E-mail:** cepib@rc.unesp.br

## Apêndice A

### Parecer CEP (3 de 4)



Continuação do Parecer: 1.747.430

- apresenta os procedimentos de pesquisa, questionário, procedimentos e participantes, de forma clara.
- No TCLE
- apresenta um TCLE para os participantes, com as informações pertinentes sobre os procedimentos, benefícios e riscos com as respectivas ações para minimização dos mesmos
  - está escrito e organizado na forma de convite
  - apresenta no início, o nome e RG do pesquisador e/ou do aluno/pesquisador
  - apresenta o título e objetivo do estudo
  - informa que o participante deverá conceder entrevistas,
  - Apresentada informação sobre endereço e contato do orientador e aluno/pesquisador.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP REFERENDA O PARECER DO RELATOR:

"O CEP havia solicitado:

- 1 - alterar o termo "sujeito de pesquisa" por "participante", conforme preconiza a resolução 466/12;
- 2 - Retirar um trecho do último parágrafo "Declaro estar ciente ... qualquer punição ou constrangimento";
- 3 - modificar a frase "gostaríamos que declarasse seu aceite ... com você e outra com o pesquisador";
- 4 - incluir informação de contato do CEP/Rio Claro.

Todas as solicitações foram atendidas e, portanto, sugiro pela aprovação do protocolo de pesquisa".

#### Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto encontra-se APROVADO para execução. Pedimos atenção aos seguintes itens:

- 1) De acordo com a Resolução CNS nº 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatório final.
- 2) Eventuais emendas ( modificações ) ao protocolo devem ser apresentadas, com justificativa, ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada.
- 3) Sobre o TCLE: caso o termo tenha DUAS páginas ou mais, lembramos que no momento da sua assinatura, tanto o participante da pesquisa ( ou seu representante legal) quanto o

**Endereço:** Av.24-A n.º 1515

**Bairro:** Bela Vista

**CEP:** 13.506-900

**UF:** SP

**Município:** RIO CLARO


**Telefone:** (19)3526-9678

**Fax:** (19)3534-0009

**E-mail:** cepib@rc.unesp.br

## Apêndice A

### Parecer CEP (4 de 4)

<b>INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE RIO CLARO/UNIVERSIDADE</b>	
--	---

Continuação do Parecer: 1.747.430

pesquisador responsável deverão RUBRICAR todas as folhas , colocando as assinaturas na última página.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_657802.pdf	15/09/2016 10:32:40		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Atendimento_ao_Parecer_1727537.pdf	15/09/2016 10:31:40	ADILSON FERREIRA DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Escrito_rev15set16.pdf	15/09/2016 10:31:14	ADILSON FERREIRA DE MAGALHAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo_apos_qualificacao_rev15set16.pdf	15/09/2016 10:30:16	ADILSON FERREIRA DE MAGALHAES	Aceito
Outros	Roteiro_questionario_semiestruturado_revAgo16.pdf	16/08/2016 19:50:54	ADILSON FERREIRA DE	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil_assinada.pdf	28/05/2016 13:59:02	ADILSON FERREIRA DE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO CLARO, 27 de Setembro de 2016

---

**Assinado por:  
Débora Cristina Fonseca  
(Coordenador)**

**Endereço:** Av.24-A n.º 1515

**Bairro:** Bela Vista

**CEP:** 13.506-900

**UF:** SP

**Município:** RIO CLARO

**Telefone:** (19)3526-9678

**Fax:** (19)3534-0009

**E-mail:** cepib@rc.unesp.br

## Apêndice B

### TCLE (1 de 2)

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Adilson Ferreira de Magalhães, [REDACTED], sou Aluno do Programa de Pós-Graduação em Trabalho, Saúde e Ambiente (Mestrado) da FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho/Ministério do Trabalho e **convido** o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ a participar do projeto de pesquisa que tem como título **"Acidentes de Trabalho Fatais e a Investigação Criminal: Um Estudo de Caso sobre o Processo de Investigação Policial"** [REDACTED].

O objetivo desta pesquisa é contribuir para o conhecimento da atuação das Polícias Judiciária e Técnico Científica para melhoria de suas condições de trabalho e, consequentemente, o aprimoramento das informações (quantitativas e da explicação causal) sobre a ocorrência dos acidentes do trabalho fatais no país, visando a efetiva aplicação da atuação intersectorial nas políticas públicas em SST. Trata-se de um estudo de caso limitado aos acidentes de trabalho ocorridos no [REDACTED] e apurados pelas Polícias Judiciária e Técnico Científica, nos últimos 3 anos. Este pesquisador espera contribuir para o reconhecimento do trabalho policial nas investigações dos acidentes fatais de trabalho e vislumbra-se a possibilidade de contribuir na melhoria de procedimentos e recursos adequados para a implementação de Políticas Públicas relacionadas ao tema.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada. O ideal é que responda todas as questões, mas fique à vontade para responder parcialmente.

Não serão realizados procedimentos que provoquem desconfortos físicos. Este pesquisador está ciente que nas entrevistas individuais e coletivas, emoções e sentimentos podem ser mobilizados ao conversar sobre fatos vividos. Além disso, entendemos que questões relacionadas ao trabalho policial possam gerar desconforto e até mesmo conflitos de interesse. Porém, visando minimizar estes riscos, este pesquisador buscará manter a objetividade e materialidade dos procedimentos como foco da pesquisa, e compromete-se a resguardar anonimato e confidencialidade aos dados fornecidos, assegurando a possibilidade de a qualquer momento o participante poder abandonar a pesquisa sem sofrer penalidades. Além disso, todas as entrevistas somente ocorrerão em local apropriado, que permita o sigilo da entrevista e, mais uma vez, somente após o entendimento dos objetivos e riscos da pesquisa e aceite na participação.

Suas respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada, uma vez que seu nome será



## Apêndice B

### TCLE (2 de 2)

mantido em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, ou seja, a qualquer momento você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação ao pesquisador ou à instituição.

O(A) Sr(a) não terá **nenhum custo** ou quaisquer compensações financeiras. A pesquisa envolve risco não mais do que mínimo aos participantes. As suas respostas poderão contribuir para que a atuação das Polícias Judiciária e Técnico Científica ocorra de modo a prevenir novos acidentes de trabalho, como também para melhor conhecimento sobre a situação de trabalho policial.

As informações prestadas farão parte integrante da pesquisa, cujos resultados serão apresentados aos colaboradores ao final dos trabalhos.

O (A) Sr. (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do Pesquisador e do Orientador, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Caso alguma dúvida persista, nos colocamos à sua disposição para esclarecê-la.

**Sendo assim, caso esteja esclarecido quanto aos objetivos, riscos e benefícios referentes ao presente estudo, convidamos a assinar este termo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com você e outra com o pesquisador.** Mais uma vez, deixamos claro que este aceite não é irrevogável, sendo assim, o(a) sr.(sra.) pode, a qualquer momento, desistir de participar, excluindo assim toda e qualquer informação prestada do presente estudo.

Desde já agradecemos.

- 
- **Pesquisador: ADILSON FERREIRA DE MAGALHÃES – RG** [REDACTED]  
   o Email: adilson.afm@policiacientifica.sp.gov.br | Celular: (11) [REDACTED]
  - **Orientador: THAIS HELENA DE CARVALHO BARREIRA**  
   o Email: thais@fundacentro.gov.br

Participante: \_\_\_\_\_

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**Contato do Comitê de Ética em  
Pesquisa/IB/UNESP Rio Claro: 3526-9678**



## Apêndice C

### Roteiro Questionário Semiestruturado (1 de 2)

#### ROTEIRO DE ENTREVISTAS\*

*\*A ser utilizado como base durante a entrevista.*

#### 1. Perfil sócio demográfico

- 1.1. Idade
- 1.2. Estado civil
- 1.3. Formação Acadêmica
- 1.4. Histórico profissional
  - 1.4.1. Cargos anteriores
  - 1.4.2. Tempo no cargo atual

#### 2. O trabalho (o que faço)

- 2.1. Cargo atual
- 2.2. Qual é seu trabalho?
  - 2.2.1. Existe Rotina? Qual?
  - 2.2.2. Onde o trabalho é realizado? Escritório? Externo (rua)? Laboratório?
  - 2.2.3. O trabalho é realizado em equipes fixas? Existe parceria fixa com colega? Como se estabelece as parcerias de trabalho??
  - 2.2.4. O que faz? Como faz?
- 2.3. Horário de trabalho – como organiza seu tempo de trabalho?
  - 2.3.1. É possível decidir quando realizar cada tarefa?
  - 2.3.2. Pode escolher os momentos de pausa para refeição?
  - 2.3.3. Os horários do trabalho o faz dormir em horários pouco usuais?
  - 2.3.4. Você se vê obrigado a ultrapassar o horário normal de trabalho com alguma frequência? Como acontece isso? Com qual frequência?
- 2.4. Focalizando as investigações de Ocorrências Fatais
  - 2.4.1. Como chega para você a demanda de uma ocorrência fatal? Quais informações e por qual meio?
  - 2.4.2. Quando acontece uma ocorrência fatal, como você consegue saber se é decorrente do trabalho da pessoa? Quais indicativos ou perguntas são feitas para descartar ou apoiar essa hipótese? Para onde você se dirige para resolver essa questão?
  - 2.4.3. Quais ações você costuma realizar quando atende a uma ocorrência fatal? (Pergunta comum a todos, a ser complementada com a questão específica a seguir, de acordo com a carreira do entrevistado.)
    - 2.4.3.1. Escrivão/Delegado:
      - 2.4.3.1.1. *Nos sistemas informatizados existentes, existem campos que prevejam ou permitam a caracterização da morte como resultado de um acidente de trabalho? Em caso negativo, como se dá essa caracterização?*
    - 2.4.3.2. Investigador/Delegado:
      - 2.4.3.2.1. *Quais os documentos da empresa e empregado são solicitados quando da ocorrência de uma morte suspeita de relação com o trabalho?*
      - 2.4.3.2.2. *Quais pessoas são normalmente ouvidas (testemunhos) nestes casos?*
    - 2.4.3.3. Perito Criminal/Fotógrafo:
      - 2.4.3.3.1. *Quais vestígios/documentos você busca na análise de uma cena de óbito com suspeita de relação com o trabalho?*
    - 2.4.3.4. Médico Legista/Auxiliar de Necrópsia:
      - 2.4.3.4.1. *Na realização do exame necroscópico é possível caracterizar a relação do óbito com o trabalho da vítima? Porquê?*

## Apêndice C

### Roteiro Questionário Semiestruturado (2 de 2)

#### 3. Condições/organização do trabalho (O que facilita ou dificulta o processo de elucidação das reais causas dos acidentes de trabalho?)

- 3.1. Do que você precisa para realizar seu trabalho? Quais os recursos disponíveis? Quais recursos você precisa e não tem? Há equipamentos e equipe suficiente para te ajudar no trabalho?
  - 3.1.1. Veículo:
    - 3.1.1.1. Fixo? Compartilhado?
    - 3.1.1.2. Climatizado??
  - 3.1.2. Arma:
  - 3.1.3. Uniforme:
    - 3.1.3.1. Existe uniforme para inverno e verão?
  - 3.1.4. Mobiliário:
- 3.2. Quanto tempo é disponibilizado para a realização da investigação? Você sente falta de mais tempo?
  - 3.2.1. Tem algum controle de tempo nas diferentes tarefas que desempenha? Quais são?
- 3.3. Você considera que os recursos (tempo, equipamento, equipe) disponibilizados para a investigação criminal de acidentes de trabalho são adequados?
- 3.4. Existe algum controle sobre sua rotina de trabalho: trabalho de rua, interno, outros?
- 3.5. Se você pudesse influenciar em melhorias para seu trabalho, quais sugestões você daria? De 3 sugestões, qual é a mais crítica para o teu trabalho?
- 3.6. Já participou de eventos e/ou treinamentos relacionados à Segurança e Saúde do Trabalhador (SST)? Acha necessário ter mais conhecimento sobre o assunto? Você gosta desse tipo de investigação de mortes em decorrência do trabalho?

#### 4. Relacionamento/clima organizacional intra e interinstitucional (Polícia Civil e demais Instituições de SST).

- 4.1. Quais os outros profissionais estão diretamente envolvidos com o seu trabalho durante uma investigação criminal?
  - 4.1.1. Como se dá essa interação?
- 4.2. Além de sua instituição (Polícia Civil ou Polícia Técnico Científica), quais outras instituições diretamente envolvidas na investigação das causas dos acidentes de trabalho?
- 4.3. Há troca de informações/discussão de caso entre estas instituições conveniadas?
- 4.4. Conhece outras instituições que também trabalhem com SST e que considera que seria importante a aproximação técnica? Quais?

#### 5. Trabalho e vida (como o trabalho repercute em minha vida)

- 5.1. A quais riscos sente-se exposto?
- 5.2. Já sofreu um acidente de trabalho?
  - 5.2.1. Foi necessária licença?
  - 5.2.2. Houve sequela?
- 5.3. Usa medicamento frequentemente?
  - 5.3.1. Para que fim?
  - 5.3.2. Alguma relação com o trabalho?
- 5.4. Faz tratamento médico?
  - 5.4.1. Problemas de sono, estresse, depressão, mudanças de humor, fadiga, ansiedade, irritabilidade?
  - 5.4.2. Alguma relação com o trabalho?
- 5.5. O que te incomoda no seu trabalho?
  - 5.5.1. Ambiente nocivo, falta de condições necessárias para atender a demanda, ritmo de trabalho, etc
- 5.6. O que te satisfaz no seu trabalho?
  - 5.6.1. Reconhecimento pessoal, social, familiar; gratificante, etc.

#### 6. Finalizando...

- 6.1. O que você pensa sobre mortes devido ao trabalho?
- 6.2. Algo mais que considere importante registrar?

## **ANEXOS**

## Anexo A - MODELO DE PETIÇÃO, DIANTE DA OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

**ILMO. SR. DR. DELEGADO DE POLÍCIA DO ..... DISTRITO POLICIAL  
(OU DA DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE .....)**

O sindicato....., com sede na rua....., nº....., bairro....., cidade....., representado por seu presidente, que a esta subscreve, nos exatos termos do Art. 8 Inc. III da Constituição Federal, Art. 513 letra “a” e 514 letras “a” e “b” da CLT vem, respeitosamente, expor e requerer a V.Sa. o quanto segue:

Na data de ....., o trabalhador....., funcionário da empresa ....., situada na rua ....., nº ....., bairro ....., cidade ....., sofreu acidente de trabalho (*descrever o endereço do local do acidente, se fora do estabelecimento mas a trabalho*) ....., que lhe causou (*descrever as lesões ou morte*) .....

Assim, o sindicato, no uso de suas prerrogativas legais e presentes os pressupostos da legitimidade de parte, neste ato representando o acidentado, requer a V. Sa. que se digne a determinar a instauração de Inquérito Policial para a devida e cabal apuração dos fatos.

Termos em que,  
P.E. Deferimento.

São Paulo, .....

---

Presidente do Sindicato

Rol de Testemunhas:

1. -
  2. -
  3. -
- 

**FONTE: SÃO PAULO (Estado). Polícia Civil. *Polícia e Acidentes de Trabalho*. 1. ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 1998. 42 p.**

## Anexo B - MODELO DE PETIÇÃO, NA IMINÊNCIA DE OCORRER UM ACIDENTE DE TRABALHO (ART. 132 CPB)

ILMO. SR. DR. DELEGADO DE POLÍCIA DO ..... DISTRITO POLICIAL  
(OU DA DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE .....)

O sindicato....., com sede na rua....., nº....., bairro....., cidade....., representado por seu presidente, que a esta subscreve, nos exatos termos do Art. 8 Inc. III da Constituição Federal, Art. 513 letra “a” e 514 letras “a” e “b” da CLT vem, respeitosamente, expor e requerer a V.Sa. o quanto segue:

1 – Segundo apurou este Sindicato, na empresa ....., situada na rua ....., nº ....., bairro ....., cidade ....., existem as irregularidades (*descrevê-las*) ..... e que estão expondo a perigo a saúde (*ou a vida*) do trabalhador ..... que ali trabalha.  
[O perigo tem que expor (por exigência legal) pessoa determinada, certa. Não pode ser genérico, vago]

2 – O perigo é iminente pois, a qualquer momento, poderá ocorrer acidente cujas consequências são imprevisíveis se não tomadas as medidas legais aplicáveis ao caso. Assim, com fundamento no Art. 132 do C.P.B., o sindicato, no uso de suas prerrogativas legais e presentes os pressupostos da legitimidade de parte, neste ato representando o(s) trabalhador(es) em perigo, requer a V. Sa. que se digne a determinar a instauração de Inquérito Policial para a devida apuração das responsabilidades penais.

Termos em que,  
P.E. Deferimento.  
São Paulo, .....

---

Presidente do Sindicato

Rol de Testemunhas:

1. -
  2. -
  3. -
- 

*FONTE: SÃO PAULO (Estado). Polícia Civil. **Polícia e Acidentes de Trabalho**. 1. ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 1998. 42 p.*